



1290000804



IE

TCC/UNICAMP M27v

**UMA VISÃO DA DESIGUALDADE:
Mercado de Trabalho
e
Distribuição de Renda
nos Anos Oitenta**



Monografia de Graduação apresentada ao
Instituto de Economia da UNICAMP, sob
orientação do Prof. Dr. Claudio S. Dedecca.

ALUNO: Manuelito Pereira Magalhães Júnior

Campinas, Dezembro de 1992

**TCC/UNICAMP
M27v
IE/804**

CEDOC/IE

EPÍGRAFE

*"A palavra desenha o desenho
que a visão não escreve
que a audição não reteve
através do poema ferrenho."*

(R. Perand)

*"Quadro nenhum está acabado,
disse certo pintor;
se pode sem fim confirmá-lo,
primeiro, ao além de outro quadro*

*que, feito a partir de tal forma,
tem na tela, oculta, uma porta
que dá a um corredor
que leva a outra e a muitas outras."*

(J.C. de Melo Neto)

*"A Verdade nem é nem
se foi: O Erro Mudou"*

(F. Pessoa)

*"Prefiro ser essa metamorfose
ambulante do que ter aquela
velha opinião formada sobre tudo"*

(R. Seixas)

DEDICATÓRIA

A Iara, minha mãe,

A Cassius e Marcus, na memória de nosso pai

AGRADECIMENTOS

Um trabalho, seja ele qual for, é sempre resultado de um esforço coletivo. Nesse caso, não poderia ser diferente. Conteí com a colaboração de diversas pessoas, algumas delas não podem ficar sem um agradecimento mais explícito.

Ao pessoal do CECON: Elba, Maurício, Alda, e os dois "caçulas": Lízea e Marcelo, os meus sinceros agradecimentos pela fértil troca de idéias, de cervejas, enfim, pela amizade. À Sílvia e Ruth, a amizade destes anos de companheirismo no trabalho. A Machado e Lídia, pela paciência e pelos "galhos quebrados".

À Direção do CECON, Profs. Fabrício e Biasoto.

Uma pessoa merece um agradecimento todo especial: Eliane. Pode parecer redundante, mas, sem você esta monografia seria apenas mais um daqueles trabalhos inacabados. Valeu por tudo, desde a utilização dos dados até a versão final, passando pelo debate de idéias. Tá vendo só? Depois você não quer que eu agradeça!!!

Também, devo muito à Thaís, na confecção dos dados.

Não posso esquecer do Dedecca, mais do que um orientador, encontrei um amigo, sempre disposto a ouvir mais uma idéia, mais uma desculpa, mais uma alteração de prazo, enfim, as "coisas de praxe", sem no entanto, fugir à responsabilidade de orientar. MUITÍSSIMO Obrigado!

Ao Baltar, pela oportunidade de um fértil aprendizado não só pelos comentários a esta monografia, como também, pelas aulas ao longo do curso de Economia.

Alguns amigos, à distância, contribuem com a "força" necessária: Os "baianos": André, Clóvis, Fernando, Mário, Marcus, Wellington, Ana Verena, Ana

Pat, Iarinha, Ana Cristina, Ana Paula, Elfcio, Duda Pedral, The Sandes, e outros tantos mais...

Embora distantes, devo agradecer ao Bernardo Gouthier, à Paula Montagner e à Sandra Brandão, pelas poucas mas interessantes discussões.

Outros, mais próximos, ajudam a matar a saudade de casa: Cláudio, Cincinato, Fernando Montanari, Gaspar Mateus, Cristiana, Robertão, Marcelão, Camila, Ana Rosa, Ana Paula, Rosana, Marcus Fábio e, claro, Emílio Carlos Rebouças Santana Loures (quanto nome!). Andréa e Cristiane pela alegria que encarnam. A Anacê, pelo entusiasmo e trapalhadas...Aline, pela pessoa fantástica que é. Ao Matias, pela amizade e informações valiosas.

A Ugo, pelo que ele nem lembra (ou sabe) que fez. Valeu, Meregalli.

Ao Rogério e à Chris, precisa agradecer? Vai dar outra monografia, ou melhor, um livro inteiro...

A meu avô, Armando, na homenagem aos demais parentes.

Por último, mas não menos importante, ao FAEP-UNICAMP, pelo auxílio financeiro à realização deste trabalho.

A todos, e a outros mais, MUITO OBRIGADO.

CORTINAS....

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO 1.....	4
CAPÍTULO 2.....	11
CAPÍTULO 3.....	20
CAPÍTULO 4.....	28
CAPÍTULO 5.....	39
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	49
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	54

INTRODUÇÃO

Nos anos oitenta, a economia brasileira foi marcada por diferentes cenários: crise, crescimento e estagnação. Uma característica comum a estes diferentes momentos é o agravamento do quadro social do país, em especial, da distribuição de renda, apesar do país ter logrado alcançar uma estrutura produtiva moderna. Na verdade, o processo de industrialização não conseguiu ser exitoso, pois, não se traduziu num desenvolvimento social de amplo espectro. Quando se completava a industrialização, ficou evidente o esgotamento do padrão de crescimento vigente, bem como da forma de financiamento do Estado.

A crise daí resultante, atingiu um mercado de trabalho heterogêneo e de estruturação limitada, em parte pelo modelo de crescimento adotado, em parte pela falta de liberdade da sociedade civil após o golpe de 1964. O resultado foi a perda da capacidade de geração de novos postos na ocupação, ao mesmo tempo em que redistribuía a ocupação dentro dos setores da atividade econômica, e também, por posição na ocupação. Este trabalho procurará analisar quais destas transformações no mercado de trabalho podem ter influído para a piora distributiva. Mais precisamente, estaremos investigando se a nova estrutura de ocupação que emerge traz, consigo, uma tendência concentradora, à medida que, por ventura, signifique alterações no patamar dos rendimentos, por conta da heterogeneidade que marca o mercado de trabalho brasileiro. Em outras palavras, estaremos buscando internamente ao funcionamento do mercado de trabalho, as razões da concentração de renda.

Para a realização deste esforço, nos utilizaremos dos dados da Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílio - PNAD's - que se constitui na principal fonte de dados para o estudo da renda no país, que possuem um viés nitidamente urbano, justificando que adotemos neste trabalho, a postura de analisarmos a estrutura de ocupação e de renda a nível das principais regiões metropolitanas do país, mas, também, porque estas regiões se constituem nos *loci* dos problemas de emprego e renda. Assim, estaremos tentando compreender a evolução do mercado de trabalho no que concerne às posições na ocupação: empregados (com e sem carteira) e conta-própria, principalmente; e aos setores de atividade. A par destas transformações buscaremos estabelecer relações com os dados referentes aos rendimentos.

Este trabalho se divide em seis etapas, onde se procura:

1) fazer uma releitura dos aspectos mais importantes na literatura sobre a concentração de renda que marca os anos sessenta, retirando desta, aspectos relevantes para a discussão sobre os anos oitenta;

2) buscar alguns elementos na literatura escassa dos anos oitenta, que permitam melhor compreender as transformações do mercado de trabalho e o aprofundamento da concentração de renda;

3) mostrar um panorama geral da economia brasileira, *vis-à-vis*, as estatísticas referentes à renda, procurando deixar claro como este aspecto está presente em diversas etapas do nosso desenvolvimento;

4) apreender as alterações na estrutura de ocupação para quatro regiões metropolitanas (São Paulo, Recife, Salvador e Rio de Janeiro), periodizando em duas etapas; 1978-1983 e 1983-1989;

5) interrelacionar as alterações no perfil ocupacional com os dados obtidos para a renda, tentando mostrar de que forma se processa a articulação entre estrutura ocupacional e distribuição de renda, para cada um dos períodos acima relacionados;

6) estabelecer comentários gerais acerca das análises realizadas, tentando mostrar como o interligamento entre a estrutura de ocupação e a crescente concentração de renda, impõe a necessidade de políticas regulatórias que visem, de um lado, o retorno ao caminho da reestruturação do mercado de trabalho e, de outro, procurem alcançar uma maior homogeneização dos rendimentos do trabalho.

Assim, esperamos contribuir para a discussão sobre a distribuição de renda - a qual se processa em bases diferentes daquela dos anos setenta, porque se antes se fazia num contexto de crescimento econômico, hoje se dá num quadro de estagnação e crise - a partir da apresentação de "uma visão da desigualdade", aquela que está relacionada ao comportamento do mercado de trabalho.

CAPÍTULO 1 : A CONTROVÉRSIA SOBRE OS ANOS SESSENTA

Este capítulo apresenta uma visão retrospectiva da controvérsia distributiva que marcou a década de 70, recuperando deste debate elementos que possam vir a contribuir na posterior reflexão sobre os anos oitenta, de forma a identificar os principais determinantes do padrão distributivo vigente no Brasil.

De modo geral, as principais formulações caracterizavam-se basicamente pela rejeição ou aceitação da Teoria do Capital Humano, onde diferentes níveis educacionais determinam diferentes retornos de rendimentos.

O ponto de partida da controvérsia foi a divulgação dos dados censitários de 1970 e a posterior confrontação do comportamento geral da economia brasileira *vis-à-vis* as evoluções de indicadores sociais como emprego, salários e índices de concentração da renda. Neste espectro, sobressai a contribuição de C.G. LANGONI⁽¹⁾ que compreende a piora na distribuição da renda como um fenômeno temporário, provocado pelo forte ritmo de crescimento do final da década de 60, em pleno auge do "milagre" brasileiro.

Segundo LANGONI, seriam dois os efeitos do desenvolvimento econômico. Primeiramente, alterando a composição da força de trabalho ao, por exemplo, liberar um contingente de mão de obra rural ou ainda, criando condições para uma maior inserção do trabalho feminino ou de pessoas de menor idade. Este aspecto do desenvolvimento, a literatura econômica

⁽¹⁾Langoni, Carlos G. *Distribuição de Renda e Desenvolvimento Econômico do Brasil*. Ed. Expressão e Cultura, Rio de Janeiro, 1978 (2ª edição)

conhece como "efeito Kuznets", cujo caráter temporário fica explicitado no formato em "U" invertido da curva que o descreve⁽²⁾. Em segundo lugar, o rápido crescimento que marcou o período 1968-1973, provocou um descompasso entre a oferta de mão de obra qualificada (inelástica no curto e médio prazos) e a demanda por trabalhadores de maior qualificação, que crescia a taxas aceleradas. Assim, este tipo de desequilíbrio no mercado de trabalho gerava maiores diferenciais de renda entre grupos de trabalhadores - à favor daqueles situados em melhor posição - contribuindo para o aumento da desigualdade distributiva.

LANGONI procurou centrar suas análises na desproporção entre a oferta e a demanda de mão de obra qualificada, enfatizando o processo educacional como "auto corretor" no longo prazo das distorções provocadas pelo próprio desenvolvimento, ao permitir que os novos ingressantes no mercado de trabalho estivessem aptos a ser incorporados em postos de trabalho com níveis mais elevados de remuneração, desta forma a tendência seria de redução na concentração relativa da renda, a qual entendemos como resultante de diferenças nas características pessoais, no caso a educação, dos postulantes ao mercado de trabalho.

O caráter de "desequilíbrio temporário" fica ainda mais nítido na observação de LANGONI segundo a qual, o processo de desenvolvimento se incumbiria da redução de disparidades regionais, implicando numa maior homogeneidade da estrutura produtiva, contribuindo, por sua vez, para a redução da concentração absoluta da renda, ou seja, a que advém das diferenças nas características da estrutura produtiva, vale dizer, da sua heterogeneidade.

⁽²⁾De acordo com Kuznets, o crescimento provoca mudanças típicas na composição da mão de obra, como a transferência de trabalhadores do meio rural para o urbano, que acabam por afetar negativamente a distribuição de renda (Reis e Ramos, 1991:35). Assim, num primeiro momento, haveria crescimento (a taxas decrescentes) do coeficiente de concentração de renda, por conta do excesso de mão de obra, determinando a primeira metade do "U" invertido. No segundo momento, a tendência do coeficiente seria de queda a taxas crescentes, devido aos efeitos do próprio desenvolvimento sobre a demanda de mão de obra, o que formaria a segunda metade do "U".

O perfil distributivo era decorrente, portanto, do "baixo nível educacional" da mão de obra, determinada sobretudo, pela urbanização tardia e cuja solução seria a continuidade do processo de crescimento, permitidor de correções na dupla transitoriedade do aumento na concentração da renda verificado nos anos sessenta. Por um lado, os ganhos nos níveis de renda decorrentes do desenvolvimento, afastariam o país da fase ascendente da curva de Kuznets (primeira metade do "U invertido"); por outro lado, a estabilização das taxas de crescimento, juntamente com a expansão do acesso à educação, corrigiriam o desequilíbrio básico do mercado de trabalho quanto à qualificação do trabalhador.

A "aposta" de LANGONI em que "*Depois do boom, virá a redistribuição*"⁽³⁾ isentava a política econômica da ditadura militar recém instalada dos seus efeitos sobre a renda, mais ainda, parabenizava-a por estar "provado" que "o crescimento acelerado é o instrumento mais poderoso para redistribuir oportunidades"⁽⁴⁾, sem sequer discutir a relevância do modelo de crescimento adotado num país como o Brasil, de fortes disparidades regionais, setoriais e sociais.

Na linha teórica que adotou uma postura crítica em relação à visão de LANGONI, podemos identificar três vertentes de argumentação. A primeira delas, onde se pode destacar o trabalho de MALAN e WELLS⁽⁵⁾, buscava mostrar o quanto a análise era "*insatisfatória nos próprios termos*"⁽⁶⁾. Segundo MALAN e WELLS, LANGONI constatou que da variância da renda "explicada" pela variável educação, uma elevada participação se devia à desigualdade num mesmo nível de escolaridade e, "sobre esse fenômeno ... o mecanismo de oferta e procura... (seria) ... incapaz de dizer qualquer coisa" (Malan e Wells, *op. cit.*, p. 249), bem como, a variável

(3) Título de um artigo de Langoni no JORNAL DO BRASIL.

(4) Prefácio do então ministro Delfim Netto à obra citada de Langoni, C.G., p. 14.

(5) Mallan, P. e Wells, J. *Distribuição de Renda e Desenvolvimento Econômico do Brasil*. In Tolipan, R. e Tinelli, A.C. *A Controvérsia sobre Distribuição de Renda e Desenvolvimento*. Zahar Editores, Rio de Janeiro, 1978, 2ª. Edição.

(6) Mallan, P. e Wells, J. *op. cit.*, p. 261, grifo dos autores.

educação pouco poderia fazer para explicar as diferenças significativas de renda entre indivíduos com o mesmo grau de educação.

Além disso, MALAN E WELLS alertavam para a omissão de LANGONI em estabelecer relações entre distribuição de renda, condução da política econômica e padrão de desenvolvimento adotado nos anos sessenta, devida fundamentalmente à crença na existência de "mudanças clássicas que acompanham o processo de desenvolvimento econômico" (LANGONI, 1978:97) e que levam à maior desigualdade, paralelamente a uma "panglossiana visão do futuro" sustentada por profissões de fé nas "forças impessoais de mercado", enquanto corrigidoras dos desequilíbrios considerados como de curto prazo (MALLAN E WELLS, *op. cit.*, p. 260-261).

A segunda vertente argumentativa trilhava um outro caminho teórico, remetendo para um possível abismo entre análise empírica e as trajetórias da política econômica e da institucionalidade. Autores como SERRA⁽⁷⁾ e FISHLOW⁽⁸⁾ procuraram enfatizar o impacto das políticas adotadas no pós-64, principalmente no programa de combate à inflação, cujo diagnóstico estava centrado nos excessos de demanda sancionados pela política econômica permissiva e pelas práticas populistas do período imediatamente anterior⁽⁹⁾. Com base nestas análises, o governo de exceção adotou medidas claramente desfavoráveis aos salários reais, através da consecução de uma política salarial de arrocho que reajustava os salários pela média dos últimos vinte e quatro meses, acrescentando um "resíduo inflacionário" sempre subestimado (correspondente à expectativa de inflação para os próximos doze meses) e ainda, um adicional de produtividade que, regra geral, era inferior ao crescimento do Produto Interno Bruto (PIB)⁽¹⁰⁾. A situação dos salários reais ficou ainda mais aviltada devido à eliminação de subsídios e à política "realista" de preços e tarifas públicas. Não se

(7) Serra, J. *A Reconcentração de Renda: justificações, explicações, dúvidas*. In Tolipan, R. e Tinelli, A. C., *op. cit.*

(8) Fishlow, A. *A distribuição de Renda no Brasil*. In Tolipan, R. e Tinelli, A. C., *op. cit.*

(9) Ver a respeito, documento de apresentação do Plano de Ação Econômica do Governo (PAEG).

(10) Conforme Sabóia, J. *Política Salarial e Distribuição de Renda: 25 anos de Desencantos*. In Camargo, J. M. e Giambiagi, F. *Distribuição de Renda no Brasil*. Ed. Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1991.

pode excluir deste cenário o contexto político, onde havia se instaurado a prática da força na mediação estatal das relações entre capital e trabalho, via intervenções violentas que incluíssem fechamentos de sindicatos, entre outras formas de interferência do regime militar no campo trabalhista.

Este tipo de "programa econômico" cria, desde logo, uma distorção na distribuição funcional da renda em detrimento da parcela salários, e ainda, contribui para o aumento na desigualdade da distribuição interpessoal por privilegiar os recebedores de rendimentos oriundos da propriedade⁽¹¹⁾. Numa linha de discussão bastante próxima, encontra-se BACHA⁽¹²⁾ que aponta para abertura do leque salarial nos anos sessenta como responsável pelo crescimento da desigualdade no interior da distribuição de salários. A hipótese implícita nesta argumentação é a de que a política salarial restritiva funcionou com maior vigor para aqueles trabalhadores colocados na base da pirâmide salarial, principalmente os que se colocavam em torno do salário mínimo. Assim, a uma melhor situação na hierarquia salarial, corresponderia uma menor rigidez no recebimento de rendimentos do trabalho, principalmente por causa do fato destes trabalhadores estarem ligados à administração propriamente dita da empresa, numa "posição de dominação nas relações de produção capitalista ... (que) ... os associa à classe proprietária" (Bacha, *op. cit.*, p. 150) fazendo com que a remuneração gerencial evolua de acordo com os lucros das empresas, as quais têm sua expansão favorecida pelo crescimento econômico. O trabalho de BACHA deixa claro a existência de mecanismos internos à empresa que - concomitantemente a uma ação de política salarial, às condições específicas do mercado de trabalho no Brasil, vale dizer, da sobre-oferta de mão de obra não qualificada e à instituição da repressão sindical - impediu os grupos situados na base salarial de terem acesso a ganhos maiores nos rendimentos e, conseqüentemente, atuou de forma a concentrar ainda mais a renda inter-pessoal.

(11) Tais fatos são ainda mais graves se levarmos em consideração a reforma tributária esboçada entre 1965 e 1968, cujo ônus tributário recaía principalmente sobre rendimentos do trabalho, ao buscar promover mecanismos que viabilizassem a acumulação de capital no Brasil.

(12) Bacha, E. L. *Hierarquia e Remuneração Gerencial*. In Tolipan, R. e Tinelli, A. C., *op. cit.*

A terceira linha crítica em relação ao trabalho de LANGONI, possuía por pilar a crítica ao "fetichismo da estatística". LEITE LOPES⁽¹³⁾ ressaltava a possibilidade de certos estudos estatísticos, ao tomarem os dados como a própria realidade empírica, esconder outras possíveis análises, bem como, impor ao trabalho teórico, a realidade pretensa, ou seja, aquela vista através dos dados.

CONCEIÇÃO TAVARES⁽¹⁴⁾, seguindo caminho próprio, estabelece uma conexão entre o padrão de acumulação industrial e o fenômeno da concentração de renda. Tal articulação se processava à medida que o "modelo" de desenvolvimento adotado estava baseado no setor de bens de consumo duráveis e, também, num processo endógeno de acumulação de capital, requerendo pois, a formação de uma sociedade cujo perfil de consumo fosse capaz de viabilizar a expansão do mercado interno e assim, sustentar a reprodução capitalista, no âmbito da industrialização por substituição de importações.

Destarte, pode-se entender o processo de emergência de classes médias a partir da concentração da renda que, por sua vez, cumpriu uma certa funcionalidade⁽¹⁵⁾ dentro do padrão acumulativo vigente à época por possibilitar a difusão/imitação de um perfil consumidor centrado em bens de consumo duráveis, ocasionando o surto de crescimento que caracterizou o "milagre" econômico de fins dos anos sessenta.

(13) LEITE LOPES, J.S., *Sobre o Debate da Distribuição de Renda: leitura crítica de um artigo de Fishlow*. In Tolipan, R. e Tinelli, R., op. cit.

(14) TAVARES, M. C. *Distribuição de Renda, acumulação e padrões de industrialização: um ensaio preliminar*. In Tolipan, R. e Tinelli, A. C., op. cit..

(15) Embora haja posições discordantes quanto à intencionalidade da política econômica em promover a concentração de renda de forma a viabilizar a retomada do crescimento, me parece indiscutível a existência da funcionalidade tal como desenvolvida por TAVARES, op. cit.. Dentre as posições discordantes, podemos citar Fishlow, A. *Distribuição de Renda no Brasil - um novo exame*. Dados, nº 11, 1973 e também, Reis e Ramos, op. cit..

Assim, acreditamos ter recuperado os aspectos principais que caracterizaram o debate sobre distribuição de renda durante a década de 70, ressaltando aqueles elementos que nos permitirão melhor compreender o objeto de estudo deste trabalho: a evolução do perfil distributivo ao longo dos anos oitenta.

CAPÍTULO 2 - ASPECTOS DA CONCENTRAÇÃO DE RENDA NOS ANOS OITENTA

O objetivo primordial deste capítulo é buscar na escassa literatura sobre a concentração de renda nos anos oitenta, os elementos que possam vir a contribuir para a compreensão da piora distributiva, a partir das transformações ocorridas no mercado de trabalho.

Na década de 80 houve uma intensa queda na taxa de crescimento do Produto Interno Bruto, que era da ordem de 12,4% a.a. entre 1970 e 1980, passando a situar-se em 1,5% a.a. entre 1980 e 1990¹, como consequência da grave crise econômica que caracterizou o Brasil na década passada. Tal crise tornou ainda mais problemático o perfil distributivo brasileiro, aumentando enormemente a desigualdade social, como pode ser visto na tabela 2.1. BONELLI e SEDLACEK² constataam que, em 1981, o impacto do processo recessivo reduziu o grau de concentração da renda (ver tabela 2.1), surpreendendo-se com o fato de que, ao final do período recessivo em 83, tenha havido um aprofundamento na desigualdade repartitiva³. Os autores indicam também a persistência da tendência crescente dos coeficientes de Gini⁴ entre 1983 e 1985 e reconhecem um "modesto distributivismo" no Plano Cruzado em 1986, o qual, no entanto, tem seus efeitos dissolvidos já em 1988.

¹ Dados da FIBGE, *Indicadores Econômicos*, vários números.

² Bonelli, R. e Sedlacek, G.L. (1990). *A evolução da distribuição de renda entre 1983 e 1988*, in Camargo e Gambiagi, *A Distribuição de Renda no Brasil*, Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1990, pp. 47-67.

³ Cabe, aqui, qualificar que existe incompatibilidade entre os dados para 1980 e 1981, por ser, o primeiro, resultado de pesquisa censitária e, o segundo, de pesquisa amostral. E ainda, que em 1983, a política salarial restritiva impunha, necessariamente, expectativas de piora distributiva.

⁴ O coeficiente de Gini é um indicador de concentração/distribuição, que varia entre zero (perfeita igualdade) e um (perfeita desigualdade).

TABELA 2.1
INDICADOR DE
CONCENTRAÇÃO DE RENDA

ANO	Gini(*)
1960	0,497
1970	0,565
1980	0,590
1981	0,562
1983	0,582
1984	0,587
1985	0,599
1986	0,588
1987	0,595
1988	0,612
1989	0,635

Fonte: FIBGE - PNADs e Censo 1980

(*) Obtido para a População
Economicamente Ativa (PEA)
com rendimentos não nulos.

Nota: Dado para 1982 não disponível.

Os autores especulam com uma possível "ruptura na relação histórica entre crescimento econômico e concentração de renda no Brasil" (BONELLI e SEDLACEK, 1990, pp. 64), à medida em que ocorreu entre 1985 e 1988 um aumento na concentração de renda pessoal - apesar da renda média permanecer estável no período (+0,5%) - por conta do fato de que "os grupos mais pobres (tenham) sofrido uma redução real (na renda) tanto maior quanto mais pobre foi o grupo" (BONELLI e SEDLACEK, 1990, pp. 65), mostrando que este período marcado pelas dificuldades econômicas e pela aceleração inflacionária - exceto 1986 - teve como característica principal "o fato de os mais ricos terem conseguido se proteger de forma mais adequada" (1990, pp. 65). Então, a ruptura apresentada pelos autores é no sentido de que a evidência histórica do modelo de desenvolvimento brasileiro, em época de crescimento, apontar para aumentos reais médios de renda para todos os grupos, com uma taxa de incremento mais acelerada para os grupos mais ricos. Porém, entre 85 e 88, o que ocorreu - segundo BONELLI e SEDLACEK - foi um processo onde os mais

pobres perderam renda, ao passo que os mais ricos obtiveram ganhos médios reais na renda. Devemos acrescentar, entretanto, que o "tom" de surpresa com que os autores tratam a possível "ruptura" revela um descolamento entre a análise dos dados e sua interrelação com a realidade econômica que o país atravessava, pois, se durante a fase de crescimento econômico os grupos mais pobres não conseguiram ganhos reais de renda em relação aos grupos mais ricos, por que se deveria esperar este comportamento num período em que as taxas de crescimento são menores, tendo como referencial teórico para análise o capitalismo e seu intrínseco caráter excludente?

Um outro ponto importante a ser destacado na análise que BONELLI e SEDLACEK realizaram, para o período 83-88, é que, ao trabalharem com rendimentos originários apenas do trabalho e com rendimentos provenientes de todas as fontes, apontem para a existência de um viés metodológico - que caracteriza pesquisas como a PNAD - onde sobressai a "pouca importância, tanto absoluta quanto relativa, dos rendimentos da propriedade" (1990, pp.56) no contexto da PNAD, evidenciando a importância do comportamento do mercado de trabalho na evolução da distribuição de renda. Neste particular, podemos acrescentar que a parcela da renda do trabalho apropriada pelos 50% mais pobres da população ocupada reduziu-se de 17,2% em 1960 para 12,6% em 1980 e 10,4% em 1989.⁵

ALMEIDA REIS e BARROS⁶ buscaram compreender a desigualdade de renda analisando a desigualdade de salários decorrente, de um lado, do fato de que os trabalhadores são heterogêneos quanto a atributos produtivos e, de outro lado, da constatação de que trabalhadores igualmente produtivos são remunerados de forma

⁵FIBGE, Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílio, PNAD, vários números.

⁶Almeida Reis, J.G. e Barros, R.P. (1990). *Desigualdade salarial: resultados de pesquisas recentes*, in Camargo e Giambiagi, *op. cit.*, pp. 69-81.

distinta, seja porque são discriminados, seja porque existe segmentação no mercado de trabalho. O mais importante a ser retido no âmbito deste trabalho é a afirmação de que um dos motivos para a "existência de diferenciação de salários entre trabalhadores é a segmentação no mercado de trabalho" (1990, pp. 75). Segundo os autores, esta segmentação é provocada por aspectos institucionais (sindicatos, leis trabalhistas etc) e de heterogeneidade das firmas (tecnologia, tamanho, "ambiente" etc).

Por fim, os autores - sem maiores aprofundamentos - afirmam que "a diferença de salários entre os segmentos pode decorrer de reais diferenças nos postos de trabalho (de natureza tecnológica ou de intensidade de capital), que levam a que os trabalhadores idênticos acabem por ter produtividades distintas, ou, alternativamente, a produtividade pode ser idêntica nos segmentos mas, devido a um poder de barganha diferenciado, as relações entre salários e produtividade serem distintas nos segmentos" (1990, pp.79). Observamos, então, que, mais uma vez, a literatura existente remete para a existência de conformações estruturais no mercado de trabalho, como fator que explica a desigualdade de renda sem, no entanto, avançar na análise deste fator.

Caminhando paralelamente aos autores discutidos até agora, SABÓIA⁷ faz longa exposição sobre as características da política salarial durante vinte e cinco anos (1964-1989), marcada, sobretudo, pela forte presença do Estado na orientação desta política. O autor demonstra ainda que a "neutralidade" das diversas políticas adotadas era aparente, à medida em que constata uma evolução diferenciada para os salários no decorrer do período em questão, o que certamente contribuiu para o agravamento das condições de distribuição dos rendimentos.

⁷ Sabóia, J. *Política Salarial e Distribuição de Renda: 25 anos de Desencontros*. in Camargo, J.M. e Giambiagi, *op.cit.*

Trilhando um caminho alternativo, AMADEO e CAMARGO⁸, se preocupam em analisar os efeitos perversos da aceleração inflacionária que afetam a "distribuição de renda a favor dos agentes com maior capacidade de fixar seus preços e contra aqueles que não conseguem defender-se da inflação através do reajuste de seus rendimentos nominais" (1990, pp. 187). Este processo de transferência de rendas na economia é permitido, segundo os autores, pela existência de segmentações tanto no mercado de trabalho quanto no mercado de bens, as quais determinam dinâmicas assimétricas na fixação de preços e salários.

AMADEO e CAMARGO caracterizam a segmentação em cada mercado (quadro 2.1) e mostram as interrelações entre estas como fator propiciador dos deslocamentos de renda ao longo dos processos inflacionários. No setor oligopolizado figuraria a "filosofia do repasse", segundo a qual, "desde que seja possível repassar aos preços os aumentos

QUADRO 2.1 - Interrelações entre Mercado de Trabalho e de Bens

	Carteira Assinada
OLIGOPOLIZADO	Sindicalização
	Sindicatos fortes
COMPETITIVO	Com ou sem Carteira Assinada
	Baixo nível de Sindicalização
	Sindicatos Fracos
CONTA PRÓPRIA	

Fonte: AMADEO e CAMARGO (1990:191)

⁸Amadeo E.J. e Camargo, J.M. *Mercado de Trabalho e dança distributiva*, in Camargo e Giambiagi, *op. cit.*, p. 187-206.

de salários, as empresas não resistem às demandas dos sindicatos" (1990, pp. 192), configurando assim, um "acordo não consciente" entre as empresas deste setor e os sindicatos, de consequências maléficas para a distribuição dos salários e, também, para o próprio processo inflacionário. No outro lado desta corrente, está o segmento competitivo, onde o poder de repasse dos reajustes de salários aos preços é menor e, portanto, estes reajustes serão menores e/ou menos constantes, gerando ganhos para os trabalhadores do segmento oligopolizado em detrimento dos trabalhadores do setor competitivo, pois "a inflação média tenderá a ser menor que a taxa de crescimento dos preços" e salários do setor oligopolizado (1990, pp.193).

O fio básico deste artigo procura explicar a dispersão de salários (e preços) - que, como vimos, está na raiz do processo de concentração de rendas - como decorrente de capacidades diferentes dos diversos grupos sociais em se protegerem da aceleração inflacionária, a qual, por sua vez, também pode ser vista como "resultado da tentativa dos diferentes grupos sociais de proteger o poder de compra de suas rendas" (1990, pp. 193). Dessa forma, estudar o fenômeno da concentração de renda nos anos oitenta, é estudar a existência de capacidades distintas de "proteção de rendimentos" para os diversos grupos sociais, ocasionando as transferências de renda entre estes grupos e configurando diferentes "poderes de barganha" para cada um destes. Continuando, devemos indicar que a tipologia utilizada pelos autores esconde o verdadeiro conflito distributivo, que ocorre entre capitalistas e não capitalistas, à medida que transfere este conflito para um embate entre trabalhadores, com a anuência (ou não) dos capitalistas de acordo com sua "posição de mercado".

Para ROMÃO⁹, os perfis de distribuição de renda e do produto no Brasil são resultantes do processo de industrialização sucedido de um "padrão regional... assimétrico de incorporação e difusão do progresso técnico" (1990, pp. 99), e da "forma diferenciada pela qual a apropriação da tecnologia se processou entre os diversos setores da economia" (1990, pp. 104), indicando o caráter excludente do modelo de desenvolvimento adotado e que se pauta pela heterogeneidade da estrutura produtiva e, em consequência, pela heterogeneidade ou melhor, concentratividade na distribuição de renda. Continuando, ROMÃO coloca que a maior evidência de que a deterioração repartitiva da renda está associada ao modelo econômico em si e não às taxas de crescimento do produto, encontra-se no "comportamento errático" assumido pelos indicadores de concentração de renda em relação ao crescimento econômico: piorando ou se mantendo inalterados nas fases de crescimento acelerado (1960-1980 e 1983-1986, respectivamente) e piorando na recessão de 1980-1983. (1990, pp. 106)

Seguindo a mesma linha, DEDECCA¹⁰ destaca, de um lado, a necessidade de crescimento da economia para a redução da desigualdade distributiva e, de outro lado, constata não ser inerente às fases de expansão econômica, o processo redistributivo. Pelo contrário, o que se pode esperar como inerente ao capitalismo em suas fases expansivas é justamente o seu caráter excludente (1990, pp. 11). Ainda em consonância com ROMÃO (1990), DEDECCA aponta a "industrialização tardia" e a não difusão do progresso técnico por toda a estrutura econômica como fatores determinantes da "ampliação da heterogeneidade da estrutura produtiva na medida em que a criação dos segmentos econômicos modernos foi acompanhada pela reprodução dos mais atrasados" (1990, pp. 12), estabelecendo uma estrutura produtiva heterogênea, "acompanhada por

⁹ Romão, M. C. *Distribuição de Renda, pobreza e desigualdades regionais no Brasil*, in Camargo e Giambiagi, *op. cit.*, p 185-196.

¹⁰ Dedecca, C.S. *Distribuição de Renda e Mercado de Trabalho : O que de novo se pode sugerir?* São Paulo, 1990, mimeo

uma estrutura ocupacional marcada por uma larga base de trabalho não qualificado" (pp. 13). As sugestões deste autor vão na direção de "apontar que a configuração geral do mercado de trabalho e da estrutura produtiva" (pp. 22) não possibilitam à dinâmica econômica realizar mudanças favoráveis na estrutura de rendimentos. E é neste sentido que se pode falar num processo de concentração de renda inerente ao dinamismo da economia.

Percebemos assim, na literatura existente sobre a distribuição de renda nos anos oitenta, uma tendência em identificar as segmentações no mercado de trabalho como responsáveis pelo agravamento do quadro de repartição da renda neste período, em associação com os efeitos provocados por outros fatores como, por exemplo, a política salarial. Por outro ângulo, notamos o pouco aprofundamento dos estudos sobre as mudanças estruturais ocorridas no mercado de trabalho e seus impactos distributivos/concentradores sobre os rendimentos no decorrer da década de oitenta, à exceção de DEDECCA (1990) que procura visualizar o efeito destas segmentações a partir de três diferentes dicotomias que se interrelacionam no espaço do mercado de trabalho. São elas: trabalho qualificado *versus* trabalho não qualificado; tecnologias arcaicas *versus* avançadas; e grandes empresas *vis-à-vis* pequenas empresas.

DEDECCA e BALTAR¹¹ mostram que a crise da economia brasileira durante os anos oitenta não acarretou mudanças de grande envergadura sobre a estrutura ocupacional brasileira, não obstante houvesse ocorrido um alargamento da desigualdade na distribuição dos rendimentos, significando que o ajuste do mercado de trabalho à crise econômica brasileira deu-se, sobretudo, através das mudanças no patamar de renda dos trabalhadores, o que implica em considerar a política econômica,

¹¹Dedecca, C.S. e Baltar, P.E.A. *O Mercado de Trabalho nos anos 80: Balanço e Perspectivas*, Campinas, 1992, mimeo.

ou melhor, as diversas políticas econômicas porque o Brasil atravessou, como principais responsáveis pela piora distributiva da renda¹². Por outro lado, como vimos, a revisão bibliográfica que empreendemos, até este momento, sobre o perfil distributivo brasileiro na década de 80, embora ampla, aponta quase que exclusivamente para as características do mercado de trabalho (e de seu funcionamento) como determinante do padrão de distribuição de renda vigente no Brasil. As próximas etapas deste trabalho pretendem, a partir dos levantamentos estatísticos, traçar um quadro mais preciso das alterações na estrutura de ocupação e na distribuição da renda, identificando possíveis razões que levaram à presente situação de concentração da renda, comprometedora do próprio desenvolvimento do país. Antes, porém, cabe um alerta. A revisão crítica que efetuamos sobre a problemática da distribuição de renda nesse capítulo assume conotação distinta daquela efetuada no capítulo anterior, isto porque, enquanto nos anos setenta o país se inseria numa fase de crescimento, na década passada viu-se mergulhado numa crise sem precedentes, impondo limites claros a qualquer discussão de cunho distributivista, como pode ser percebido pelos argumentos levantados das duas discussões.

¹²Devemos ressaltar que a análise empreendida pelos citados autores inicia-se em 1981, quando, acreditamos, já houvesse sido realizados ajustes na ocupação, por conta da recessão no começo da década passada. Esta questão será melhor discutida no comentário metodológico que acompanha o capítulo 4.

CAPÍTULO 3 - CRESCIMENTO E CRISE NA ECONOMIA BRASILEIRA

Neste capítulo buscaremos traçar um perfil do comportamento da economia brasileira, privilegiando os impactos do crescimento de quase trinta anos e da "crise dos oitenta" sobre a distribuição da renda, de maneira generalizada.

3.1 - Panorama Geral da Economia Brasileira: Crescimento e Concentração de Renda (1950-1980)

Desde os anos cinquenta, a economia nacional conviveu com elevadíssimas taxas de crescimento de seu produto (tabela 3.1), fruto das diversas etapas dos projetos nacionais de desenvolvimento, cuja peça de resistência era a concretização da industrialização, numa tentativa de reduzir-se a disparidade estrutural externa e internamente¹. Assim, este processo de rápido crescimento foi alavancado a partir do desempenho do setor industrial, inicialmente assentado sobre as indústrias "tradicionais" (consumo corrente) e, posteriormente, ampliado para as indústrias de bens de consumo durável e de maquinário pesado, de forma a completar-se a internalização do setor produtor de bens de capital, vale dizer, a internalização da própria dinâmica da economia.

1 Ou seja, objetivava reduzir a distância entre a estrutura econômica e social dos países de industrialização "tardia", não só em relação aos países onde o capitalismo já estava alicerçado, como também, buscava uma homogeneização interna destas estruturas, inclusive como pré-condição para alcançar o objetivo anterior.

Desta forma, nos anos setenta, o país já deixara para trás uma base agrária, e, em contrapartida, adquirira uma face industrial. Este movimento foi acompanhado por uma crescente urbanização, que permitiu a emergência de duas grandes metrópoles nacionais (Rio de Janeiro e São Paulo), e a conformação de outras com caráter mais regional, como Porto Alegre, Recife, Salvador, Belo Horizonte, e mais recentemente, Fortaleza, Brasília, Belém e Curitiba. Exemplos desta evolução são a perda de importância das atividades agrícolas na População Economicamente Ativa (PEA)² e o crescente assalariamento da PEA, que acompanha o intenso processo de urbanização e metropolização (tabela 3.2)³, em contraponto à predominância anterior de trabalhadores por conta-própria e não remunerados.

Como pode ser notado na tabela 3.1, o excelente desempenho da economia nacional foi capitaneado pelo setor industrial, mais precisamente, pela indústria da construção civil e pela indústria de transformação, isto sem dúvida, possibilitou um maior dinamismo da estrutura econômica, à medida que impactou favoravelmente sobre a capacidade de criação de novos postos de trabalho. Assim, nas décadas de 60 e 70, não só houve altas taxas de crescimento do produto, como também, houve uma elevada capacidade de geração de novos empregos, como mostra a tabela 3.3. Estas transformações rápidas da economia provocaram mudanças substanciais na sociedade brasileira, em particular por sobre o mercado de trabalho. Entre estas, ressalta a desigualdade nos rendimentos do trabalho, cujas possíveis causas já foram discutidas no capítulo 1. Ao longo dos anos setenta, ampliou-se sobremaneira a concentração da renda (tabela 3.4), ao mesmo tempo em que o padrão de crescimento adotado parecia dar mostras de seu esgotamento - principalmente, a partir das

2 Esta queda da participação agrícola no total da PEA se dá de duas maneiras: 1) pela larga expansão das ocupações não agrícolas, fruto do crescimento prolongado e; 2) pela própria redução das oportunidades ocupacionais na agricultura. A conjunção destes fatores provocou intensos fluxos migratórios no sentido campo-cidade.

3 Sobre estes aspectos do crescimento acelerado, ver Baltar e Dedecca (1992), (1992a), (1992b) Baltar *et alii* (1992), também, Dedecca e Brandão (1992).

restrições externas⁴ e das transformações em curso na estrutura produtiva dos países desenvolvidos⁵ - e, também, em que se ampliava o grau de pobreza da sociedade brasileira, ressaltada pela prática autoritária do regime militar, que repartiu de modo desigual as benesses do crescimento acelerado das décadas de 60 e 70, excluindo a classe trabalhadora desta repartição⁶.

4 É por demais sabido da importância do Estado brasileiro na promoção do desenvolvimento, seja mediante financiamento, investimento em infra-estrutura, investimento diretamente produtivo, ou ainda, como mentor de uma organização industrial que buscava articular as partes envolvidas. Para isto, valeu-se, nos anos mais recentes, de empréstimos estrangeiros, em escala crescente, seja devido às facilidades de obtenção destes empréstimos, em função do excesso de liquidez internacional, seja pela própria vultuosidade dos investimentos a ser realizados, principalmente após 1974, com o II PND. Após o primeiro choque do petróleo (1973), as condições do setor externo brasileiro passaram a sofrer uma deterioração significativa, ocorrendo, inclusive, queimas de reservas cambiais. Esta situação agravou-se a partir de 1979, com a política monetária americana restritiva que impactou positivamente sobre as taxas de juros do mercado internacional, gerando problemas de balanço de pagamentos para os países devedores. Ao mesmo tempo, o Estado brasileiro procurou resguardar os investidores privados do risco cambial inerente à problemática externa, gerando o processo conhecido como "estatização da dívida". Com a não solução da crise, o ônus desta dívida, recaiu sistematicamente por sobre o Estado, colocando-o numa condição de debilidade financeira que o impediu de assumir o seu papel histórico frente ao processo de desenvolvimento.

5 A partir de meados dos anos setenta, alguns países desenvolvidos, em particular Japão e Alemanha, reorientaram sua estrutura produtiva para setores de maior valor agregado, e cuja matriz de insumos pouco dependesse da estrutura tradicional anterior, centrada no alto consumo de energia, principalmente, petróleo. Ainda que este fato não estivesse claro à época, o governo brasileiro estruturou um conjunto de investimentos, conhecido como II PND, que caminhava em sentido oposto à reestruturação dos países centrais, a partir de um entendimento que privilegiava o caráter temporário da crise internacional. Mais ao fim da década, quando já era nítido o movimento realizado pelas economias industrializadas, o Estado brasileiro não mais possuía condições financeiras de uma investida de tamanha envergadura. Além disso, a necessidade de gerar superávits comerciais para fazer frente aos encargos crescentes da dívida, tornava-o refém da estrutura produtiva instalada porque complementar às economias centrais, e ainda, como os superávits eram obtidos pelo setor privado e a dívida a esta altura já era predominantemente estatal, a "compra" deste superávit requeria o aumento, também crescente, do endividamento público interno, o que colocava o Estado como refém dos grandes grupos financeiros e industriais nacionais que, na prática, eram os detentores dos títulos públicos. Este dois últimos aspectos, aliados ao ocaso do regime militar, inviabilizavam politicamente qualquer tentativa de intervenção na economia, com o objetivo de redirecioná-la para o mesmo caminho seguido pelos países desenvolvidos.

6 Nunca é demais lembrar que diversas soluções para problemas da economia nacional, formuladas durante o auge do regime de exceção, tinham por principal objetivo remover entraves ao desenvolvimento, promovendo a acumulação de capital, entre estas soluções, podemos citar, a Reforma Tributária de 1965/66 e a Reforma Financeira de 1965.

Como visto, a desigualdade social era a característica do país sobre o qual se abateu a crise dos oitenta. Os projetos nacionais de desenvolvimento haviam falhado em seu objetivo de homogeneização da estrutura social e, também, por certo, na tentativa de homogeneizar a estrutura produtiva, pois, a desigualdade regional havia se aprofundado⁷. Entretanto, "o grau de desenvolvimento econômico do país impunha que a crise econômica apresentasse características específicas de uma estrutura econômica industrializada"⁸. Cabe agora, analisarmos o movimento geral da economia brasileira durante a década passada, verificando os reflexos deste sobre a repartição da renda.

3.2 - Crise, Recuperação e Estagnação: O Desempenho da Economia Brasileira nos Anos Oitenta e a Piora Distributiva

A década passada marcou um dos períodos mais instáveis da economia nacional, onde as flutuações do nível de atividade foram sempre acompanhadas pela inflação, pelo desequilíbrio externo e pela fragilidade fiscal do Estado brasileiro. Podemos periodizar a década, sob o ângulo da atividade econômica, *per se*, em três fases: i) 1981-1983 - recessão; ii) 1984-1986 - recuperação e crescimento e; iii) 1987-1990 - estagnação e processo pré - hiperinflacionário.

O começo da década viu uma recessão sem precedentes na economia brasileira, fruto das reduções nas taxas de investimento ainda dos anos anteriores, e de uma

⁷ Ver a este respeito, Romão, *op.cit.*

⁸ Dedecca, C.S. e Brandão, S.M.C.(1992). *Crise, Transformações Estruturais e Mercado de Trabalho*. São Paulo, Agosto de 1992, mimeo.

política econômica condicionada pelo desequilíbrio externo e pela inflação em alta, cuja consequência foi a compressão dos níveis internos de demanda, com vistas à geração dos "excedentes exportáveis". Esta "ação" de política econômica era facilitada pelo achatamento salarial, que, por um lado, concedeu aos produtos nacionais uma competitividade no mercado internacional, ainda que sob bases espúrias; e, por outro lado, contribuía para a redução da demanda interna. Conforme a tabela 3.5, as maiores quedas do Produto Interno Bruto (PIB) ocorreram em 1981 e 1983, -4,4% e -3,4%, respectivamente. Os setores que mais contribuíram para este movimento foram indústria de transformação com -10,4% em 1981 e da construção civil com -14,0% em 1983. Este desempenho negativo do setor secundário impactou sobre o setor terciário, principalmente sobre comércio e transportes. Entretanto, o desempenho da prestação de serviços só não foi pior, em função do crescimento das atividades ligadas à administração pública e instituições financeiras. A performance média do setor primário da economia foi razoável entre 1981 e 1983, entretanto isto se deve ao elevado crescimento no ano de 1981 (8,0%), o qual foi, certamente condicionado pelas expectativas, ainda boas, no ano de 1980.

A recuperação da economia americana a partir de 1983, possibilitou o início da recomposição da atividade econômica no Brasil, como consequência do "esforço exportador". Esta trajetória foi reforçada pela decretação do Plano Cruzado em 1986, que, apesar de ter sido formulado para conter a aceleração inflacionária, possibilitou o reaquecimento da demanda interna. Mais uma vez, o crescimento do PIB foi determinado pelo setor secundário. Entre 1984-86, para um crescimento do produto total da ordem de 6,9%, o produto industrial cresceu à taxa de 8,9% (tabela 3.5), praticamente a mesma taxa que se verificou para a construção civil e para a indústria de transformação, credenciando estes sub-setores na liderança da recuperação da atividade industrial.

Com o recrudescimento inflacionário que veio no bojo da desarticulação do Plano Cruzado, a economia brasileira entra numa fase de "stop-and-go", onde curtos momentos de retração do nível de atividade eram acompanhados por momentos, também efêmeros, de aquecimento da economia. Assim, os indicadores médios apontam para a estagnação da produção industrial (0,4%) entre 1987 e 1989, e um crescimento do PIB da ordem de 2,3%. Neste período, o setor que sustentou esta "elevada"⁹ taxa foi o setor primário (6,0%), particularmente devido às grandes safras que marcaram os últimos anos da década. Também deve ser ressaltada a importância do setor de serviços, que cresceu a 3,2% a.a., em particular, aqueles serviços ligados aos Transportes.

Este comportamento "errático" da economia nacional não fez reduzir¹⁰ o grau de desigualdade que a acompanha desde os primórdios da industrialização, a parcela da renda apropriada pelos mais pobres teve ampliada sua diferença em relação aos mais ricos, como mostra a tabela 3.6, para o conjunto da década, apesar dos "ventos" distributivistas que sopraram na atmosfera da economia brasileira em 1986, com o Plano Cruzado. Entre 1981 e 1983, para o conjunto dos ocupados, houve uma relativa estabilidade no percentual de renda auferido pelos grupos inferiores. Entretanto, conforme mostram as Taxas de Crescimento 1 e 2 na mesma tabela - estas taxas mostram o crescimento da relação entre 1% mais ricos e 20% mais pobres (1) e o crescimento da relação entre 1% mais ricos e 20 a 50% mais pobres (2) - houve um crescimento significativo na relação entre as rendas médias dos grupos superiores confrontada com as rendas médias dos grupos inferiores. Sem sombra de dúvida, esse movimento é reflexo do ajuste recessivo imposto no começo da década, o qual eliminou postos de ocupação, particularmente, aqueles situados nos escalões inferiores e intermediários da hierarquia salarial, o que, aliado ao arrocho imposto aos rendimentos do

⁹ Elevada, se comparada ao medíocre desempenho industrial no período.

¹⁰ Certamente, não havia motivo algum para se esperar um outro tipo de comportamento.

trabalho, contribuiu para a queda da participação dos grupos pior situados socialmente na renda total.

A melhora no quadro geral da economia brasileira no período 1984-1986, proporcionou, à semelhança do período anterior, uma situação de estabilidade na parcela da renda apropriada pelos diversos grupos. No entanto, para esse período, não houve um significativo aprofundamento da desigualdade, no que diz respeito à relação entre a parcela da renda auferida pelos mais ricos *vis-à-vis* a parcela relativa aos mais pobres, como demonstram as Taxas de Crescimento 1 e 2. Isto ocorreu em função de um efeito inverso ao acontecido no período anterior: o impacto da retomada do nível de atividades por sobre o emprego, se deu mediante a contratação de trabalhadores de menor qualificação. A ampliação dessa base de não qualificados pode ser observada no comportamento das Taxas 1 e 2. A Taxa 1 - que representa a relação entre 1% mais ricos e os 20% mais pobres, portanto, trabalhadores situados na base da pirâmide salarial - teve um pequeno incremento se comparado com o aumento na Taxa 2, que representa a relação entre 1% mais ricos e 20 a 50% mais pobres, onde, portanto, já se encontram trabalhadores medianamente qualificados e remunerados. Esta diferença nos movimentos das Taxas 1 e 2 mostra, claramente, o efeito da incorporação de um contingente de trabalhadores não qualificados sobre a renda média dos grupos inferiores.

Ao período de estagnação com aceleração inflacionária da economia do Brasil, correspondeu um aprofundamento, de maneira violenta, da diferença entre o grupo melhor situado e o pior situado na "escada" de rendimentos. A observação das Taxas 1 e 2, bem como da renda média por classes de rendimento, para o período 1987-1989, permitem inferir a piora distributiva como uma síntese de dois movimentos: 1) a queda da participação na renda das classes de rendimento inferior e; 2) o aumento da participação na renda das classes superiores, o que corrobora a análise feita por BONELLI e SEDLACEK, no sentido da

década de 80 significar a ruptura de um "padrão" de concentração de renda, à medida que nos anos sessenta e setenta houve ganhos para ambos os grupos, com incrementos maiores para aqueles mais privilegiados, enquanto que nos anos oitenta, houve queda para um grupo e aumento para outro¹¹. Paralelo a isso, não podemos deixar de notar que, apesar da conjuntura de aceleração inflacionária, o grupo melhor situado conseguiu obter ganhos bastante representativos.

Desta forma, acreditamos ter traçado um quadro geral da economia brasileira, bem como da evolução do perfil distributivo ao longo da década passada. O próximo passo deste trabalho tentará evidenciar as mudanças na estrutura ocupacional do mercado de trabalho do Brasil, interrelacionando-as à deterioração da distribuição de renda durante o período em questão.

11 Ver o capítulo 2 desta monografia, bem como BONELLI e SEDLACEK, *op. cit.*, p. 64.

Tabela 3.1

Taxas Médias Anuais de Crescimento do PIB (1)
Por Setores de Atividade - Brasil 1950 a 1980

Setor	1950-60	1960-70	1970-80
PIB TOTAL	6.1	5.4	12.4
Agricultura	2.8	1.3	18.3
Industria	9.2	6.9	13.0
Transformação	9.5	6.5	13.0
Constr. Civil	7.8	7.8	14.2
Serviços	5.7	6.3	18.9
Comércio	6.9	5.4	7.3
Transp. e Comun.	7.6	6.7	12.7
Inst. Finance.	3.1	14.6	14.5
Adm. Pública	5.7	9.8	7.7
Doutros Serviços	5.8	2.8	17.5

(1) Deflator: IGP-DI/FGV

Fonte: FIBGE. Estatísticas Históricas, v.3, 1986
Indicadores IBGE. Vários números

Tabela 3.2

Distribuição da PEA - Brasil - 1948 a 1988

	1948	1968	1988
PEA agrícola (a)	66,7	54,5	38,2
Empregados (a)	44,8	47,9	66,4
Empreg. Agríc. (b)	33,3	25,9	38,8
Empr.não Agríc.(c)	67,9	74,2	78,7

Fonte: Estatísticas Históricas do Brasil, v.3, IBGE, RJ.

Citado por BALTAR e DEBECCA (1992b).

(a) Em Relação a PEA Total

(b) Em Relação a PEA Agrícola

(c) Em Relação a PEA não agrícola

Tabela 3.3

Taxas de Crescimento do Produto e do Emprego
Industriais e Elasticidade Produto/Emprego
Brasil - 1958 a 1988

	1958-68	1968-78	1978-88
Produto	9.1	6.9	9
Emprego	2	5.2	7.9
Elasticidade (a)	0.15	0.7	0.84

Fonte: FECAMP/CEPAM, terciarizac^{ao}, Metropolizac^{ao}
e Gest^{ao} Metropolitana. IE/UNICAMP, Campinas
Abril de 1991. Citado por BALTAR e DEBECCA (1992).

(a) Coeficiente de Elasticidade Produto - Emprego
Ou seja, relac^{ao} entre o Crescimento
do Produto e o Emprego por ele gerado.

Tabela 3.4

Distribuição dos rendimentos do trabalho e Índice de Gini
Brasil - 1968 a 1988

Discriminação	1968	1978	1988	Taxa (a)
20% mais pobres	3,9	3,4	2,8	-28,2
50% mais pobres	17,2	14,9	12,6	-51,7
10% mais ricos	39,6	46,7	53,2	34,3
5% mais ricos	28,3	34,1	39,4	39,2
1% mais ricos	11,9	14,7	17,3	45,4
Coefficiente de Gini	0,49	0,56	0,65	

Fonte: BEDECCA e BRANDAO (1992)

(a) Taxa de Variação 1988/1968

Tabela 3.5

Taxas Anuais de Crescimento do PIB
Brasil 1980 a 1989

	1980	1981	1982	1983	1981-83	1984-86	1987-89
PIB Total	9,2	-4,4	8,6	-3,4	-2,4	6,9	2,3
Agricultura	9,5	8,8	-8,5	-8,6	2,3	1,5	6,8
Indústria	9,3	-8,9	6,8	-5,9	-4,7	8,9	8,4
Transformação	9,1	-18,4	-8,2	-5,9	-5,3	8,6	8,1
Construção Civil	9,0	-6,1	-2,1	-14,8	-6,9	8,2	8,4
Serviços	9,8	-2,2	2,8	-8,8	-8,4	6,3	3,2
Comércio	8,3	-6,2	8,3	-4,8	-3,2	6,3	8,9
Transportes	7,5	-1,7	1,8	-2,2	-8,7	7,4	4,2
Instit. Financ.	n.d.	6,6	4,2	5,6	5,8	5,2	-1,1
Adm. Pública	n.d.	2,2	2,2	2,2	2,3	2,2	2,1

Fonte: Anuário Estatístico do Brasil, IBGE, RJ, 1991.

nd = Não Disponível.

Tabela 3.6

Indicadores de Renda do Trabalho Principal
da Populacao Ocupada - BRASIL 1981 a 1989

Renda Apropriada por Classes de Rendimento (em %)

Discriminacao	1981	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989
20% mais pobres	2.7	2.6	2.5	2.4	2.7	2.2	2	2
20 a 50% mais pobres (1)	10.7	10	10	9.6	9.8	9.5	9.1	8.4
50% mais pobres	13.4	12.6	12.5	12	12.5	11.7	11.1	10.4
10% mais ricos	46.6	48.1	48.1	48.8	48.8	49	51.2	53.2
5% mais ricos	36.4	35.5	34.5	35.1	35.5	35.2	37.3	39.4
1% mais ricos	13	14	13.7	14.1	15.2	14.5	15.1	17.3
Relacao entre as rendas medias dos 1% mais ricos e dos 20% mais pobres (2)	96	108	110	118	113	132	151	173
Relacao entre as rendas medias dos 1% mais ricos e dos 20% a 50% mais pobres (2)	36	42	41	44	47	46	50	62
	1981-83		1984-86		1987-89			
Taxa 1 (a)	42.5		4.63		53.10			
Taxa 2 (b)	16.67		11.90		31.91			

Fonte: FIBGE - PNAD, varios anos

(1) Corresponde aos 30., 40. e 50. decis da distribuicao
de rendimentos da populacao ocupada

(2) Numero de Vezes que a renda de um segmento da populacao e superior ao outro

(a) Taxa de Crescimento da relacao entre 1% mais rico e 20% mais pobre

(b) Taxa de Crescimento da relacao entre 1% mais rico e 20% a 50% mais pobre

CAPÍTULO 4 - A ESTRUTURA OCUPACIONAL BRASILEIRA (1978-1989)

Como já foi observado anteriormente, este capítulo centrará sua análise nas mudanças da estrutura de ocupação do mercado de trabalho brasileiro, no período entre 1978 e 1989, numa tentativa de encontrar aí possíveis razões para um comportamento tão negativo no aspecto distributivo. Antes, vale tecer alguns comentários no que concerne à questão metodológica.

Em primeiro lugar, optou-se por uma análise iniciada ao final da década de 70, porque, de modo contrário, se o ano inicial fosse o de 1980, teríamos problemas de compatibilidade entre os dados amostrais das Pnad's e os dados censitários do Censo Demográfico daquele ano. Se, por acaso, iniciássemos a avaliação a partir de 1981, nossa análise poderia estar viesada, à medida que o ponto de partida desconsideraria os ajuste realizados entre 1980 e 1981, no auge da crise do começo da década de 80. Em função da Pnad de 1979 dispor de dados apenas para as regiões metropolitanas de São Paulo e Rio de Janeiro, recorreremos à Pnad de 1978, o que, a nosso ver, não causa maiores problemas analíticos, pois, acreditamos que as mudanças na estrutura de ocupação concentraram-se entre os anos de 1980 e 1983. Este último aspecto explica, também, o tratamento "agregado" que demos ao período 1983-1989.

Em segundo lugar, os dados que utilizaremos para as Pnad's de 1981 e 1983, estarão "corrigidos", para os indicadores de trabalhadores ocupados na construção civil e para os ocupados em atividades agrícolas, na região Nordeste. Isto se deve a que, naqueles anos, houve uma seca de dimensões consideráveis na região, o

que fez as autoridades públicas "abrirem" Frentes de Trabalho, para abrigar a população que estava sendo expulsa do campo pela falta de condições de sobrevivência. Nas Pnad's daquele momento, a população ocupada nas Frentes de Trabalho foi alocada como pertencente à construção civil, devido à natureza do trabalho realizado¹. Por outro lado, estas pessoas continuaram no meio rural e essa situação indicava ser possível - na hipótese de melhora nas condições climáticas - a volta para uma ocupação tipicamente agrícola. O critério adotado para a "correção" dos dados das Pnads segue a pesquisa realizada pelo convênio Fundação SEADE/FECAMP - "Distribuição de Renda, Emprego e Salários"² e trata-se na verdade da manutenção durante os anos de 1981 e 1983, do peso verificado para a construção civil em 1980.

Em terceiro lugar, deve ser esclarecido que a análise das variações na ocupação ficará restrita às regiões metropolitanas de São Paulo, Rio de Janeiro, Recife e Salvador. Isto se deve, em parte, ao fato da Pnad - como afirmado anteriormente - ser uma pesquisa direcionada para apreender a evolução das regiões metropolitanas, as quais, são os *loci* de manifestação da crise industrial que perpassa toda a década. Além disso, quanto à escolha das quatro regiões acima citadas, procurou-se visualizar os efeitos do comportamento "errático" da economia em duas metrópoles nacionais (São Paulo e Rio de Janeiro) e duas regionais (Recife e Salvador), contrapondo, através delas, a região mais desenvolvida do país (Sudeste) e uma das mais atrasadas (Nordeste). Optou-se, também, por estas metrópoles em função delas possuírem parques industriais de grande porte (São Paulo e Rio de Janeiro) e médio porte (Recife

1 Basicamente, abertura de poços artesianos, conservação de açudes e barragens.

2 Ver a respeito, Baltar *et alii* (1992). Os autores destacam a cautela que cerca o critério adotado, à medida que o peso da construção civil é mantido para a região Nordeste durante os anos mais agudos da crise, quando se verificou uma queda nesta atividade, durante o mesmo período, para as demais regiões.

e Salvador), em face da crise dos anos oitenta ter um perfil industrial. Em complemento, tentou-se também, contrapor a trajetória estagnada que caracteriza duas delas (Rio de Janeiro e Recife), frente ao ritmo de crescimento que marca as outras duas (Salvador e São Paulo).

Por último, esclarecemos que não estaremos nos ocupando de uma análise da ocupação agrícola, em função do fato desta ocupação não adquirir maior importância no contexto das regiões metropolitanas. Dos quatro aglomerados urbanos que analisaremos, apenas Recife mantém ao longo da década uma participação das ocupações agrícolas superior a 2%.³

4.1 - A Estrutura de Ocupação nos Anos da Crise

A queda do nível de atividade, no início da década passada, marcou um movimento de retração na ocupação⁴ que atingiu diferenciadamente o conjunto do país. De modo geral, podemos afirmar que houve uma interrupção no processo de estruturação do mercado de trabalho, à medida que rompeu-se a tendência à maior formalização deste mercado⁵. De fato, reduziu-se a proporção de empregados com

3 São Paulo cai de 1,1% em 1978 para 0,4% em 1988. Rio de Janeiro permanece praticamente estável (1,3% em 1978 e 1,2% em 1988). Salvador ficou em 1,7% nos dois períodos e Recife caiu de 5,2% em 1978 para 3,8% em 1988. (FIBGE, PNAD).

4 Ocupação corresponde ao conjunto de atividades em que se inserem trabalhadores assalariados (com e sem carteira de trabalho assinada), trabalhadores por conta-própria, empregadores e profissionais liberais, constituindo, a população ocupada. A população empregada corresponde aquela formada pelo conjunto dos trabalhadores com e sem carteira assinada.

carteira assinada em relação ao total de ocupados em todas as metrópoles que analisamos. Em Recife, a redução da ocupação formal foi compensada pelo incremento nos ocupados não empregados, vale dizer, dos "conta-própria", particularmente, no setor terciário (Tabela 4.1), na atividade do comércio. Assim, à queda da ocupação no setor secundário, determinante da redução do assalariamento com carteira, seguiu-se uma expansão das atividades comerciais que não só compensaram a queda na indústria de transformação e construção civil, como também, o encolhimento das atividades terciárias diretamente ligadas à produção, como serviços auxiliares e transportes e comunicações. Devemos observar, entretanto, dois aspectos relativos a este comportamento do comércio: 1) a expansão de 3,3% centrou-se em bases "precárias", pois que, resultados do aumento no assalariamento sem carteira (0,6%) e das "demais posições" (conta-própria, certamente), com 2,7%; 2) tradicionalmente liga-se o desempenho das atividades comerciais às industriais com algum retardo temporal. Portanto, este crescimento em meio à crise da indústria de transformação não tem amparo na literatura corrente sobre o tema, embora, devamos qualificar que estamos olhando para a ocupação e não para o desempenho econômico do setor, podemos tomar a primeira como *proxy* para o segundo. Em Salvador, houve uma redução mais pronunciada da atividade industrial, comparativamente à Recife, tendo, mais uma vez, significado queda no assalariamento com carteira assinada liderada pela indústria de transformação e pela construção civil (tabela 4.2). Entretanto, nesta metrópole, houve um aumento maior do emprego sem carteira do que dos ocupados não empregados, sendo que não se pode precisar uma atividade como responsável pela contratação nestas bases, pois, foi bastante difusa a elevação do emprego sem carteira. O comportamento do terciário, diferentemente da outra metrópole nordestina, foi beneficiado pelo incremento nas atividades de serviços auxiliares e do grupo administração

5 Ver a Respeito, PACHECO, C. A. *A Terciarização dos 80's: De Tudo um Pouco*. Campinas, 1992, mimeo. Também, DEDECCA e BRANDÃO, 1992, *op. cit.*

pública/atividades sociais. Entretanto, sob pilares distintos: enquanto os serviços auxiliares se expandiram por conta do aumento do emprego sem carteira e dos ocupados não empregados, as atividades ligadas à administração pública e às tarefas de cunho social tiveram sua expansão consolidada sob o emprego com carteira, como era de se esperar dada a natureza do empregador. A observação da tabela 4.2 nos permite afirmar que, em Salvador, houve uma menor desestruturação do mercado de trabalho, sob o ponto de vista da formalização, *vis-à-vis* o ocorrido em Recife⁶.

Quanto ao comportamento da estrutura de ocupação nas metrópoles nacionais, São Paulo dado o seu perfil industrial, mostra a maior queda para a ocupação no setor secundário, praticamente determinada pela queda na indústria de transformação (tabela 4.3)⁷. O encolhimento da atividade industrial foi acompanhado pela redução no emprego assalariado, basicamente na indústria de transformação, sendo compensado por um crescimento do emprego sem carteira em menor grau, dos ocupados não empregados. A expansão do terciário esteve assentada no crescimento dos empregados e dos não empregados, sendo que, no tocante aos primeiros, houve um equilíbrio entre a contratação com e sem carteira. O destaque no crescimento das atividades terciárias esteve ligado principalmente aos serviços auxiliares e, secundariamente, ao comércio de mercadorias. Mais uma vez, a exemplo do que

6 As ressalvas que fizemos à atividade de comércio de mercadorias em Recife, permanecem válidas para o desempenho dos serviços auxiliares em Salvador.

7 As regiões que se constituem no objeto deste trabalho não mostraram para o período 1978-1983, uma queda maior da ocupação na Construção Civil, à exceção de Salvador, onde reduziu-se em 3,3%. As razões para isto podem ser várias, desde um problema de "base" nos dados, ou fato de algumas obras já estarem em fase adiantada, sendo preferível terminá-las, ou ainda o fato da crise na construção civil ter ficado restrita às áreas não metropolitanas. Vale, entretanto, afirmar que a construção civil tem a sua participação na distribuição da população ocupada constante em 10,1% entre 1979 e 1981, reduzindo-se paulatinamente ao longo da década, chegando a 8,1% em 1989. (Dados FIBGE, Pnad's).

fizemos anteriormente, devemos alertar para o aumento na ocupação das atividades auxiliares, porque alicerçada na contratação sem carteira assinada e na expansão dos conta-própria. A atividade comercial foi responsável por maior incremento no emprego formal (1,1%), comparativamente ao acréscimo no emprego sem carteira assinada (0,4%). No Rio de Janeiro, apesar da menor queda na indústria de transformação, houve um processo mais intenso de deterioração do mercado de trabalho. No setor secundário houve maior contratação sem carteira do que em São Paulo, ao mesmo tempo que houve uma incorporação de conta-própria na prestação de serviços que, praticamente, se iguala à redução do emprego total na indústria de transformação (tabela 4.4). De modo geral, foi bem mais intenso o crescimento dos empregados sem carteira e dos ocupados não empregados do que nas demais regiões metropolitanas analisadas neste trabalho. A performance do setor terciário na geração de postos de ocupação, foi possibilitada pelo desempenho do comércio de mercadorias (2,0%), dos serviços auxiliares (1,5%) e das atividades sociais (1,1%). Destes, apenas as atividades sociais tiveram incorporação de empregados com carteira assinada, os demais expandiram-se com base no emprego sem carteira e nos conta-própria, sendo que, inclusive, nos serviços auxiliares houve desincorporação de empregados com carteira (-3,0%), ressaltando a intensidade do processo de desestruturação do mercado de trabalho nesta metrópole, como afirmado anteriormente.

Como visto, a queda na oferta de novos postos de ocupação no setor industrial e a elevação do desemprego alteraram a composição ocupacional do mercado de trabalho nas regiões metropolitanas analisadas no início da década passada. A perda de participação do setor secundário motivou, evidentemente, a elevação do peso do setor terciário. Todavia, não se pode falar de um "padrão" na alteração da estrutura ocupacional: em Recife cresceu a atividade de comércio de mercadorias; em Salvador

foram as atividades sociais e de administração pública que elevaram a importância do terciário. No Rio de Janeiro, como em São Paulo, ganharam importância o comércio e os serviços auxiliares. Por outro lado, o crescimento dos conta-própria e dos sem carteira foi nitidamente superior no Rio de Janeiro. Neste aspecto, vale lembrar que em todas as regiões houve uma "desformalização" do mercado de trabalho, à medida que reduziu-se a participação dos empregados com carteira no conjunto dos ocupados nos primórdios dos anos oitenta. Assim, a redução do nível de emprego provocou um ajuste que compreendeu não só os setores de atividade como as posições na ocupação, variando o ajuste de acordo com a dinâmica econômica de cada região.

4.2 - 1984-1989: Estabilidade da Estrutura de Ocupação

O combate à crise adotou uma política econômica que visava, de um lado, a contenção da demanda interna e, de outro, ampliava a relação câmbio-salários. Destarte, buscava-se criar um "excedente" exportável e uma competitividade via baixos salários (custos-preços) para as exportações brasileiras. A retomada do crescimento das economias centrais, a partir de 1982, permitiu um relativo êxito para esta política econômica. A partir de 1984, com o crescimento das exportações, a economia brasileira iniciou um movimento de recomposição da atividade econômica que se refletiu sobre o mercado de trabalho. De maneira geral, esta recomposição não implicou num retorno à estrutura ocupacional vigente no período anterior à recessão de 1981-1983. As variações relativas na distribuição da população ocupada foram muito pequenas.

Na região metropolitana de Recife (tabela 4.5), o pequeno crescimento da indústria de transformação foi compensado pela continuidade da queda na construção civil. Deve-se observar que o crescimento da indústria de transformação se deu com os empregados com carteira, os quais, no total apresentaram um crescimento de 3,2%, comparável à queda nos conta-própria, 3,0%. Ainda no Recife, deve-se chamar atenção para a redução da ocupação em atividades comerciais, justamente, apresentando maior queda nos conta-própria, logo onde havia se localizado a expansão durante a crise anterior. O setor terciário apresentou-se sem maiores alterações, porém, deve ser ressaltado o crescimento dos serviços de alojamento e alimentação - praticamente dividido entre conta-própria e empregados com carteira - e a redução nos serviços pessoais e domésticos ligada ao emprego doméstico e aos conta-própria, embora tenha havido aumento do emprego com carteira neste setor. Por último, vale notar a expansão dos serviços técnicos auxiliares com 2,1%, dos quais 1,0% no emprego com carteira. Assim, na região metropolitana de Recife, pode-se afirmar que a estabilidade esteve ligada aos setores de atividade, com uma redistribuição com vistas a um maior assalariamento (particularmente, com carteira), em detrimento dos conta-própria, onde se destaca o comércio de mercadorias e o emprego doméstico.

Ao contrário de Recife, em Salvador (tabela 4.6) ampliou-se a queda dos empregados com carteira, basicamente devido à continuidade da queda na indústria de transformação e na construção civil, é bom destacar que a redução do emprego com carteira é praticamente equivalente ao crescimento do emprego sem carteira, sendo que não houve um setor responsável por este crescimento, dado que o mesmo esteve difundido por toda a estrutura ocupacional. No setor terciário, deve ser destacado o comportamento dos serviços ligados ao alojamento e alimentação, e dos serviços pessoais e domiciliares, este último significando a queda do emprego doméstico. E,

ainda, os serviços técnicos e auxiliares, que influíram no comportamento dos com carteira. Nesta região metropolitana, deve merecer um comentário adicional a performance do serviço ligado às Atividades Sociais que, no momento mais grave da crise funcionou como colchão amortecedor e contribuiu para uma menor "desformalização" do mercado de trabalho, durante esta nova etapa teve efeito inverso. Pode-se dizer, deste forma, que em Salvador a retomada do nível de ocupação não impediu que ocorresse uma desarticulação do mercado de trabalho, a partir do momento em que não houve ruptura no processo de queda do peso do setor secundário no total dos ocupados.

Em São Paulo (tabela 4.7), os efeitos do bom desempenho da indústria de transformação por sobre o mercado de trabalho, vale dizer, sobre o emprego com carteira foram destruídos pela queda na indústria de construção civil. Diferentemente do momento anterior, houve redução nos conta-própria e no emprego sem carteira e, assim como nas regiões metropolitanas anteriormente citadas, uma queda violenta no emprego doméstico e, em decorrência da ocupação nos serviços pessoais e domiciliares, para o que contribuiu também, a retração no emprego com e sem carteira assinada. No setor terciário, amplamente falando, não houve alterações de maior vulto, destacando-se apenas, em caráter isolado, os serviços técnicos e auxiliares e a administração pública que permitiram um bom desempenho do emprego com carteira assinada. Portanto, em São Paulo, houve um ligeiro crescimento do emprego com carteira - que só não foi maior pela permanência da queda na construção civil - e uma redução significativa do emprego doméstico, acompanhada de uma pequena diminuição dos conta-própria, o que significa, desde logo, uma elevação proporcional do emprego não doméstico.

Quanto à região metropolitana do Rio de Janeiro (tabela 4.8), deve-se destacar a não indicação da recomposição do emprego com carteira, à semelhança do ocorrido em Salvador. A pequena taxa de crescimento da ocupação na indústria de transformação se efetiva com crescimento de empregadores e de conta-própria, ao contrário do ocorrido em Recife e São Paulo. No setor terciário, merece destaque os serviços técnicos e auxiliares e os serviços ligados a atividades sociais, com comportamento semelhante, embora em direções opostas (crescimento/queda com aumento/redução do emprego com carteira). Assim, na região metropolitana do Rio de Janeiro, houve, uma vez mais, queda no emprego doméstico, além disso, houve diminuição dos ocupados por conta-própria, com aumento do emprego sem carteira assinada, indicando, de novo, para a possibilidade de nesta região metropolitana estar acontecendo uma degradação das condições de funcionamento do mercado de trabalho.

A análise precedente mostrou que as estruturas ocupacionais das quatro metrópoles analisadas sofreram um rearranjo setorial, onde se verificou um aumento da participação do peso do setor terciário em detrimento do setor secundário. Esta recomposição foi acompanhada por uma deterioração relativa do mercado de trabalho, à medida que o emprego com carteira viu declinar sua importância para o conjunto das ocupações não agrícolas. Não se pode, todavia, falar numa degradação geral das condições de funcionamento do mercado de trabalho, pois, cada uma das metrópoles possuíam e possuem pesos diferenciados para os diversos setores de atividade. Além disso, seria necessário entrar na questão das qualificações requeridas pelos postos de trabalho criados pelo terciário. Sem querer partir de uma visão apriorística no sentido de ser as ocupações ligadas à atividade industrial "melhores" do que aquelas referentes ao terciário, podemos falar numa relativa deterioração do mercado de trabalho porque as oportunidades de ocupação (surgidas no terciário) não se vincularam à produção de

bens, não oferecendo, portanto, uma perspectiva de melhoria nas condições materiais de vida da população em geral, apesar que - do ponto de vista social - tenha representado significativa melhoria, por conta do crescimento dos setores de "serviço social", como saúde e educação por exemplo. As mudanças na distribuição setorial estiveram concentradas nos anos iniciais da década, sugerindo que tenham sido fruto do ajuste recessivo por que passou a economia brasileira no período⁸. Nos anos seguintes, houve uma estabilidade da estrutura de ocupação, com nuances ligeiramente diferentes para cada região: São Paulo indicou para uma recomposição da estrutura anterior, Salvador reagiu em consonância com as novas condições de funcionamento da economia, Rio de Janeiro continuou o caminho do aprofundamento da degradação de sua estrutura produtiva. Quanto à Recife, esta região metropolitana indicou para uma estabilidade com uma retomada do emprego com carteira, não obstante essa retomada estivesse ligada ao setor não industrial, razão porque podemos falar numa "estabilidade degradada" para essa região, de acordo com a ressalva feita acima. É bom destacar que o melhor indicador das alterações terem ocorrido em função do ajuste recessivo, dá-se no período seguinte quando, face a uma melhora nas condições gerais da economia, aqueles setores que funcionaram como colchão amortecedor, absorvendo mão de obra, passam a "liberá-la".

Ao longo destes dois períodos manifestou-se uma tendência crescente à concentração da renda do trabalho. Nosso próximo passo será no intuito de verificar quais as mudanças no patamar dos rendimentos do trabalho que acompanharam as alterações da estrutura ocupacional, vale dizer maior peso do terciário, aumento do emprego sem carteira, aumento de ocupados por conta-própria, *etc.*, de modo a oferecer uma visão da deterioração do padrão distributivo.

8 Sobre a possibilidade de ter ocorrido uma reestruturação produtiva, ver DEDECCA E MONTAGNER (1992), onde os autores afastam esta possibilidade para a economia brasileira como um todo, sem descartar a hipótese de ter ocorrido uma reestruturação a nível localizado.

Tabela 4.1

Variação na Distribuição dos Ocupados não Agrícolas

Por Setores de Atividade e Posição na Ocupação

Região Metropolitana de Recife 1978-1983

Setor de Atividade	Posição na Ocupação				
	Total	Empregados		; Demais	
		-----		Posições	
		Total	Com Cart	Sen Cart	
Total	8	-3.6	-4.3	8.9	3.6
Secundário	-3.3	-3.8	-3.5	8.5	-6.3
Ind. Transformação	-2.9	-2.4	-2.5	8.1	-8.5
Construção Civil	-8.5	-8.6	-8.9	8.3	8.1
Outras Ativ. Ind.	8.1	8.1	8.8	8.1	8.8
Terciário	3.3	-8.6	-8.5	-8.1	3.9
Comércio	3.3	8.6	8.8	8.6	2.7
Prest. Serv./Serv. Auxil.	-1.6	-2.8	-1.8	-1.8	8.4
Transporte e Comunic.	-8.6	-8.6	-8.7	8.1	8.6
Social	8.2	8.8	8.8	8.8	8.3
Adm. Pública	8.8	8.8	8.8	8.8	8.8
Outras Atividades	1.2	8.6	8.4	8.2	8.5

Fonte: FIBGE - PNAD's 1978 e 1983

Tabela 4.2

Variação na Distribuição dos Ocupados não Agrícolas

Por Setores de Atividade e Posição na Ocupação

Região Metropolitana de Salvador 1978-1983

Setor de Atividade	Posição na Ocupação				
	Total	Empregados		: Demais	
				Posições	
		Total	Total Com Cart Sem Cart	Total	Total
Total	8	-1.1	-3.4	2.3	1.1
Secundário	-6.9	-6.8	-6.3	0.3	-8.9
Ind. Transformação	-2.8	-2.5	-2.5	0.8	-8.3
Construção Civil	-3.3	-2.7	-3.8	0.3	-8.7
Outras Ativ. Ind.	-8.8	-8.8	-8.7	-8.1	0.8
Terciário	6.9	4.9	4.3	0.6	2.8
Comércio	8.4	8.3	8.1	0.2	0.1
Prest. Serv./Serv. Auxil.	2.1	8.9	8.3	0.6	1.2
Transporte e Comunic.	-8.1	8.8	8.4	-8.3	-8.1
Social	1.5	1.1	1.1	0.8	0.4
Adm. Pública	1.5	1.5	1.5	8.8	8.8
Outras Atividades	1.5	1.1	1.8	8.1	8.4

Fonte: FIBGE - PNAD's 1978 e 1983

Tabela 4.3

Variacao na Distribuicao dos Ocupados nao Agricolas
 Por Setores de Atividade e Posicao na Ocupacao
 Regiao Metropolitana de Sao Paulo 1978-1983

Setor de Atividade	Posicao na Ocupacao				
	Total	Empregados		? Demais	
		Total Com Cart	Sem Cart	Posicoes	
Total	8	-1,8	-4,9	3,1	1,8
Secundario	-7,2	-6,5	-7,5	1,0	-8,7
Ind. Transformacao	-7,6	-6,9	-7,2	0,3	-8,7
Construcao Civil	0,5	0,4	-0,1	0,6	0,1
Outras Ativ.Ind.	-8,1	-8,1	-8,2	0,1	0,8
Terciario	7,2	4,7	2,6	2,1	2,5
Comercio	1,4	1,4	1,1	0,4	0,6
Prest. Serv./Serv. Auxil.	3,6	1,7	0,2	1,6	1,9
Transporte e Comunic.	0,6	0,4	0,2	0,1	0,2
Social	0,8	0,4	0,4	0,0	0,5
Adm. Publica	-8,2	-8,2	-8,2	0,0	0,8
Outras Atividades	0,9	1,8	0,9	0,1	-8,1

Fonte: FIBGE - PNAD's 1978 e 1983

Tabela 4.4

Variacao na Distribuicao dos Ocupados nao Agricolas
 Por Setores de Atividade e Posicao na Ocupacao
 Regiao Metropolitana de Rio de Janeiro 1978-1983

Setor de Atividade	Posicao na Ocupacao				
	Total	Empregados		: Demais	
		Total	Com Cart	Sem Cart	Posicoes
Total	8	-5,4	-11,7	6,3	5,4
Secundario	-4,9	-5,8	-7,1	2,1	8,1
Ind. Transformacao	-4,6	-4,1	-5,1	1,8	-8,5
Construcao Civil	-8,5	-1,1	-2,1	1,8	8,6
Outras Ativ.Ind.	8,3	8,2	8,1	8,1	8,8
Terciario	4,9	-8,5	-2,5	2,8	5,3
Comercio	2,8	1,4	8,8	1,4	8,6
Prest. Serv./Serv. Auxil.	1,5	-2,6	-3,8	8,4	4,2
Transporte e Comunic.	-1,2	-1,2	-1,2	8,8	8,1
Social	1,1	8,5	8,5	8,8	8,5
Adm. Publica	8,4	8,4	8,4	8,8	8,8
Outras Atividades	1,8	1,1	8,8	8,3	8,8

Fonte: FIBGE - PNAB's 1978 e 1983

Tabela 4.5

Variacao da Participacao dos Ocupados nao Agricolas
por Setor de Atividade e Posicao na Ocupacao
Regiao Metropolitana de Recife - 1983-1989

Setor de Atividade	Posicao na Ocupacao					
	Empreg.			Conta Empreg		
	Total	Com Cart	Sem Cart	Empregador	Propria	Domestico
Total nao Agric.	4	3,2	-0,4	1,2	-3,8	-1,1
Outras Ativ. Ind.	-0,7	-0,5	-0,2	0,8	0,8	0,8
Ind. de Transf.	1,7	1,3	0,2	0,1	0,8	0,8
Constr. Civil	-1,1	-0,4	-0,5	-0,1	-0,1	0,8
Comercio	-0,8	0,5	0,5	0,3	-1,8	0,8
Ativ. Financ. e Imob.	-0,5	-0,3	0,0	-0,1	-0,1	0,8
Transp. e Comunic.	-0,6	-0,3	-0,1	0,1	-0,2	0,8
Alojamento e Alim.	1,2	0,6	0,8	0,1	0,7	0,8
Repar. e Conserv.	0,1	0,3	0,1	0,2	-0,4	0,8
Pessoais e Domest.	-0,9	1,0	0,1	0,0	-0,9	-1,1
Tec., Auxil. e Div.	2,1	1,0	0,2	0,5	0,5	0,8
Ativ. Sociais	-0,3	-0,1	0,0	0,8	-0,2	0,8
Adm. Publica	0,2	0,2	0,8	0,8	0,8	0,8
Outras	-0,5	0,8	0,8	0,8	-0,5	0,8

Fontes: FIBGE - Pnad's - Tabulacoes Especiais 1983-1989

Tabela 4.6

Variacao da Participacao dos Ocupados nao Agricolas
por Setor de Atividade e Posicao na Ocupacao
Regiao Metropolitana de Salvador - 1983-1989

Setor de Atividade	Posicao na Ocupacao					
	Empreg.			Conta Empreg		
	Total	Com Cart	Sem Cart	Empregador	Propria	Domestico
Total nao Agric.	8	-3,3	3,6	2,0	0,1	-2,1
Outras Ativ. Ind.	0,1	0,1	0,0	0,0	0,0	0,0
Ind. de Transf.	-0,7	-1,6	0,7	0,3	-0,2	0,0
Constr. Civil	-2,9	-2,0	-0,2	0,1	0,0	0,0
Comercio	1,1	0,7	0,6	0,4	-0,3	0,0
Ativ. Financ. e Imob.	0,4	-0,1	0,4	0,1	0,0	0,0
Transp. e Comunic.	-0,4	-0,5	0,2	0,0	-0,2	0,0
Alojamento e Alim.	2,7	0,4	0,7	0,5	1,2	0,0
Repar. e Conserv.	-0,4	-0,1	-0,2	0,1	-0,1	0,0
Pessoais e Domic.	-2,5	-0,4	0,0	0,2	-0,2	-2,1
Tec., Auxil. e Div.	2,6	1,7	0,6	0,2	0,1	0,0
Ativ. Sociais	-0,4	-1,2	0,6	0,2	0,0	0,0
Adm. Publica	0,5	0,5	0,0	0,0	0,0	0,0
Outras	0,0	0,0	0,3	0,0	-0,3	0,0

Fonte: FIDGE - Pnad's - Tabulacoes Especiais 1983-1989

Tabela 4.7

Variacao da Participacao dos Ocupados nao Agricolas
por Setor de Atividade e Posicao na Ocupacao
Regiao Metropolitana de Sao Paulo - 1983-1989

Setor de Atividade	Posicao na Ocupacao					
	Empreg.			Conta Empreg		
	Total	Com Cart	Sem Cart	Empregador	Propria	Domestico
Total nao Agric.	8	1,5	-1,3	8,2	-8,4	-2,3
Outras Ativ. Ind.	-8,2	-8,1	-8,2	8,8	8,8	8,8
Ind. de Transf.	4,8	8,8	8,6	8,4	8,1	8,8
Constr. Civil	-1,2	-1,8	-8,5	-8,2	-8,1	8,8
Comercio	1,4	8,3	8,2	8,8	8,8	8,8
Ativ. Financ. e Imob.	-8,2	-8,6	8,1	-8,1	-8,1	8,8
Transp. e Comunic.	8,8	8,8	8,8	8,8	-8,3	8,8
Alojamento e Alim.	8,9	8,4	8,1	8,1	8,1	8,8
Repar. e Conserv.	8,8	8,3	8,3	-8,1	8,1	8,8
Pessoais e Domest.	-3,3	-2,4	-4,5	-8,1	-1,3	-2,3
Tec., Auxil. e Div.	1,7	1,1	8,2	8,1	8,1	8,8
Adm. Publica	1,9	1,8	8,3	8,8	8,8	8,8
Ativ. Sociais	-8,1	-8,3	8,8	8,8	8,8	8,8
Outras	8,2	8,1	8,1	8,8	8,8	8,8

Fonte: FIBGE - Pnad's - Tabelacoes Especiais 1983-1989

Tabela 4.8

Variacao da Participacao dos Ocupados nao Agricolas
por Setor de Atividade e Posicao na Ocupacao
Regiao Metropolitana de Rio de Janeiro - 1983-1989

Setor de Atividade	Posicao na Ocupacao					
	Empreg.			Conta Empreg.		
	Total	Com Cart	Sem Cart	Empregador	Propria	Domestico
Total nao Agric.	8	8,3	1,2	8,4	-1,9	-1,7
Outras Ativ. Ind.	-8,2	-8,1	-8,1	8,8	8,8	8,8
Ind. de Transf.	1,8	8,1	8,1	8,4	8,4	8,8
Constr. Civil	-1,5	-8,4	-8,2	8,8	-8,9	8,8
Comercio	8,2	8,1	8,1	-8,2	8,2	8,8
Ativ. Financ. e Inch.	-8,4	-8,6	8,2	8,8	-8,1	8,8
Transp. e Comunic.	-8,6	-8,1	8,8	-8,1	-8,3	8,8
Alojamento e Alim.	8,7	8,4	8,1	8,8	8,2	8,8
Repar. e Conserv.	8,9	8,3	8,4	8,2	-8,2	8,8
Pessoais e Domest.	-8,5	8,9	-8,2	8,8	-1,2	-1,7
Tec., Auxil. e Div.	1,5	1,1	8,2	8,2	8,8	8,8
Adm. Publica	8,8	-8,3	8,3	8,8	8,1	8,8
Ativ. Sociais	-1,3	-1,3	8,8	8,8	8,8	8,8
Outras	8,2	8,8	8,2	8,8	8,8	8,8

Fonte: FIBGE - Pnad's - Tabulacoes Especiais 1983-1989

CAPÍTULO 5 - AS MUDANÇAS NOS NÍVEIS DE RENDA

Este capítulo estará voltado para apreender as mudanças nos níveis de renda que acompanharam as alterações na estrutura de ocupação das quatro metrópoles que estamos analisando. Nosso objetivo será demonstrar que as transformações ocupacionais porque passou o mercado de trabalho brasileiro resultaram numa piora distributiva, para o que também contribuíram outros fatores como, por exemplo, política salarial e inflação.

Neste momento, cabem algumas considerações de natureza metodológica. Em primeiro lugar, devemos informar que centraremos a discussão tanto no comportamento da renda mediana por grupos (em salários mínimos - SM - de 1980, deflacionados pelo INPC amplo da FIBGE), assim, teremos a renda do 20º percentil como medida de tendência central para o grupo dos 40% mais pobres, o mesmo ocorrendo para o 50º percentil, que se torna a mediana do total, e para o 95º percentil - renda mediana dos 10% mais ricos; como no comportamento da renda média por classes de rendimentos, também medida em salários mínimos de 1980. Em segundo lugar, procuraremos contrabalancear as informações sobre a mediana dos rendimentos por setor e por posição na ocupação com os coeficientes de Gini obtidos para o setor e para o total dos ocupados, o mesmo ocorrendo com a renda média por classes.

5.1 - Crise e Rendimentos (1981 - 1983)

Entre 1981 e 1983, houve um ajuste na estrutura ocupacional por conta da crise que se abateu sobre a economia brasileira. Na região metropolitana de Recife, como já foi visto, houve um aumento nos ocupados por conta-própria, sobretudo na atividade de comércio de mercadorias, na qual ocorreu, também, um incremento na participação dos empregados sem carteira assinada. Esta expansão do setor terciário ocorreu em detrimento da ocupação no setor secundário, sobretudo na indústria de transformação e da construção civil, o que representou uma redução dos empregados com carteira. Foi ressaltada, também, a queda na ocupação dos serviços ligados à produção, como transportes e comunicação e serviços auxiliares. Do ponto de vista dos rendimentos (Tabelas 5.1, e 5.2), houve uma deterioração geral destes. O aumento da ocupação deu-se em setores cujos ganhos eram, significativamente, menores do que aqueles verificados nos setores que reduziram postos de ocupação. Além disso, a queda dos rendimentos reais deu-se tanto nos setores que estavam "liberando" como naqueles que "absorviam" mão de obra. O mesmo ocorre quando se analisa as posições na ocupação: tanto há redução na renda dos empregados com carteira, como dos sem carteira e dos conta-própria. Ainda com relação à região metropolitana de Recife, deve ser destacado que houve um achatamento generalizado nos rendimento, isto fez com que o índice de Gini permanecesse praticamente estável para o conjunto da população ocupada, entre 1981 e 1983.

Assim, em Recife, o efeito da crise do começo da década verificou-se num contexto onde perderam importância o setor secundário e os empregados com carteira. A compensação deste movimento, a cargo de um maior peso do setor

terciário, da ocupação por conta-própria e, secundariamente, do emprego sem carteira deu-se a partir de um patamar mais baixo de rendimentos. Estas mudanças, então, foram acompanhadas de piora na distribuição da renda, a qual não poupou grupos sociais, estivessem eles melhor ou pior situados na hierarquia salarial.

A região metropolitana de Salvador (Tabelas 5.3 e 5.4) compensou uma grande queda na atividade industrial e, em consequência, do emprego com carteira mediante o crescimento do emprego sem carteira assinada, e, também, pela elevação na ocupação por conta-própria. Não se pode, no entanto precisar um setor como determinante de uma maior contratação sem carteira assinada, pois, esta esteve difundida por toda a estrutura setorial. O crescimento da ocupação no setor terciário esteve ligado ao bom desempenho dos serviços auxiliares (por conta-própria e sem carteira) e ao binômio administração pública/atividades sociais, este últimos através do aumento no emprego com carteira. Essas alterações no perfil da ocupação se fizeram acompanhar, também, de variações negativas nos rendimentos. Em Salvador, mesmo onde houve crescimento do emprego com carteira (administração pública e atividades sociais), houve redução na renda do trabalho, indicando que o aumento das contratações teve como contrapartida, a redução nos salários.

Vale a pena ressaltar o comportamento do Gini para alguns setores/posições em particular: a) no emprego sem carteira houve uma redução na concentração da renda entre 1981 e 1983; b) nas atividades sociais e de administração pública houve um crescimento do Gini, apesar da contratação ter se dado mediante carteira assinada; c) nas atividades industriais propriamente ditas, houve redução do Gini apenas para a construção civil. Em Salvador, podemos falar numa menor desestruturação do mercado de trabalho, comparativamente à Recife, e, ao mesmo tempo, devemos atribuir ao mercado de trabalho consolidado, vale dizer às atividades

industriais e àquelas ligadas à administração pública, a responsabilidade pelo agravamento da situação distributiva. De fato, apesar dos deslocamentos na estrutura de ocupação estarem dirigidos para menores níveis de renda e para ampliação na relação mais ricos-mais pobres (vale a pena observar que apenas o conjunto do 1% mais ricos conseguiram melhorar a renda média entre 1981 e 1983), não se encontram indícios nas análises individuais, para os setores de atividade e/ou posição na ocupação, que corroborem o comportamento da desigualdade na renda tal qual mostrada na tabela 5.3, à exceção do que se verificou para o setor da indústria de transformação, para as outras atividades industriais e para a administração pública, basicamente pelo decréscimo dos níveis de renda e pelo alargamento da amplitude relativa entre os que recebem mais e os que recebem menos. A confirmar este entendimento está a ampliação do Gini para os empregados com carteira (0,498 para 0,515), que constituem a principal forma de contratação destes setores.

Então, temos que, em Salvador, o ajuste na estrutura produtiva foi feito de maneira mais "suave", comparativamente à Recife, por terem sido criados postos de ocupação em outras áreas. Entretanto, esta forma de ajustamento se processou mediante um decréscimo nos rendimentos do trabalho - particularmente, aqueles ligados à indústria e ao binômio administração pública/atividades sociais - o que provocou a deterioração dos rendimentos para todas as classes de renda, à exceção daqueles melhor situados: o dos 1% mais ricos.

Para São Paulo (Tabelas 5.5 e 5.6), a compensação da maior queda no nível de ocupação na indústria de transformação, ocorreu através do crescimento do emprego sem carteira assinada e do aumento na ocupação por conta-própria. A maior participação do setor terciário na distribuição da ocupação deu-se pelo crescimento do

comércio de mercadorias (com carteira) e dos serviços auxiliares (sem carteira e conta-própria). A queda na ocupação da indústria de transformação, significou, de pronto, uma redução no emprego com carteira.

Essa redução do emprego formal foi acompanhada pela manutenção do índice de Gini (0,448 em 1981 e 0,449 em 1983) para os empregados com carteira, bem como, do rebaixamento desse índice para outros setores onde a contratação com carteira assinada é importante: administração pública, atividades sociais e indústria de transformação. Por outro lado, nos setores onde cresceu a ocupação, houve aumento da desigualdade na renda: serviços auxiliares e comércio. Neste último deve ser ressaltado que a concentração da renda aumentou, *apesar* da contratação ter se dado mediante carteira assinada. Tal fato demonstra que a precarização do mercado de trabalho não pode ser vista apenas sob a forma de sua maior "desformalização", vale dizer, da redução do número de empregados com carteira. É, também, precarização no sentido de que os novos postos de ocupação criados - associados ao setor terciário - estarem relacionados a menores rendimentos e, em consequência, contribuirão para ampliar a desigualdade social.

Assim, em São Paulo, pode-se relacionar diretamente a mudança pós-crise da estrutura de ocupação, com as ocorrências a nível de renda. De fato, para uma maior participação das atividades terciárias, vale dizer, das atividades comerciais e de serviços auxiliares no total da ocupação, correspondeu uma diminuição no patamar de rendimentos e, por conseguinte, uma tendência à deterioração da renda - que, a exemplo de Recife, não poupou classes de rendimentos (grupos sociais) - confirmada depois pela continuidade da queda na renda. Além disso, a redução na renda média dos

grupos mais ricos mostra o quanto o rendimento desses grupos estava diretamente associado ao comportamento da indústria paulista.

Na região metropolitana do Rio de Janeiro (Tabelas 5.7 e 5.8), a forte desincorporação de empregados com carteira foi contrabalançada pela expansão significativa do emprego sem carteira e pelos conta-própria, à exceção da ocupação em atividades sociais que incorporou empregados com carteira. Além desta última, as demais atividades terciárias que equilibraram o mau desempenho da indústria foram o comércio de mercadorias e os serviços auxiliares. Tal região, no tocante ao emprego em atividades sociais/administração pública, apresenta um comportamento semelhante à região metropolitana de Salvador. De fato, uma maior contratação neste setor foi acompanhada pelo rebaixamento geral dos salários, no que pese esta contratação se assentar sobre o emprego com carteira. Já sobre a ótica da distribuição de renda, verificamos que o corte nos salários foi bastante profundo e afetou, sobretudo, aqueles situados entre os mais ricos deste setor, o que contribuiu para a redução da desigualdade referente ao setor de atividades sociais/administração pública, ao contrário da região metropolitana de Salvador.

A atividade do comércio cresceu sobre uma ocupação baseada em conta-própria e sem carteira. Isso levou ao aumento da desigualdade tanto nestas posições na ocupação, como no setor de comércio, o que mostra a gravidade da desestruturação do mercado de trabalho nesta região metropolitana, dado que as mudanças no perfil ocupacional dessa metrópole representaram um aumento do peso na ocupação em benefício desse setor e dessa posição na ocupação. Isto quer dizer que, a "substituição" do setor secundário para o terciário e dos empregados com carteira para os sem carteira e conta-própria, não se deu sem uma contrapartida em termos de deterioração da renda.

Assim, também no Rio de Janeiro, a desigualdade na renda pode ser interpretada como fruto do ajuste recessivo do começo da década por sobre o mercado de trabalho, à medida que implicou numa nova distribuição dos ocupados por setores e por posição na ocupação. Dessa forma, podemos afirmar que a análise das quatro regiões metropolitanas corrobora a hipótese de que os setores que "cresceram" na crise carregavam consigo uma tendência à maior desigualdade, como de fato aconteceu, seja por características próprias da ocupação nestes setores, seja porque o "crescimento" da ocupação se deu em função de uma maior precarização na estrutura do mercado de trabalho.

5.2 - Estabilidade, Instabilidade e Rendimentos

Entre 1983 e 1989, a economia brasileira viveu um período de crescente instabilidade, onde as fases de recuperação eram sucedidas por fases de declínio. Entretanto, do ponto de vista da ocupação este período significou uma estabilidade nos níveis vigentes pós ajuste recessivo do começo da década. Se, por um lado, a estrutura de ocupação permanecia estável, por outro, ocorria um ajuste perverso sobre a renda, mediante a incorporação de ganhos extraordinários para os mais ricos frente a ganhos menores de rendimentos para os mais pobres. Em Recife, este estágio da economia nacional fez recuperar uma parte do emprego com carteira que esvaiu-se nos anos mais agudos da crise, proporcionando uma redução nos ocupados por conta-própria, em especial na atividade do comércio de mercadorias. A observação dos patamares médios de rendimento por grupos de renda indica ter ocorrido o alargamento do diferencial

entre a renda dos mais ricos e a dos mais pobres. Mais ainda, pode-se afirmar, com certeza, não ter ocorrido alterações substanciais na renda auferida pelo conjunto dos mais pobres, ao passo que se ampliava em níveis crescentes os rendimentos dos grupos superiores na hierarquia dos rendimentos.

Na região metropolitana de Salvador, o aprofundamento do ajuste recessivo no período 1984-1989, eliminou empregos com carteira mediante redução da ocupação na indústria de transformação, construção civil e atividades sociais, isto, obviamente, ampliou a contratação sem carteira assinada. Entretanto, deve-se notar que, somente o aumento do emprego sem carteira, não é capaz de explicar a variação no Gini para o total dos ocupados entre 1983 e 1989, de 0,573 para 0,640, respectivamente. Assim, mais uma vez, devemos chamar a atenção para a ampliação da relação renda dos mais ricos-renda dos mais pobres, em especial, para a manutenção dos rendimentos dos 40% mais pobres, face ao aumento nos rendimentos dos 10% mais ricos.

Para São Paulo, já foi colocado no capítulo anterior que a queda na contratação com carteira assinada fez-se acompanhar do incremento no mesmo tipo de emprego na indústria de transformação, em magnitudes semelhantes. Nada se pode falar, conclusivamente, sobre a redução no emprego sem carteira e nos ocupados por conta-própria, nesta metrópole, pois que, esta diminuição esteve articulada com os serviços pessoais e domésticos, não se definindo claramente qual (is) setor (es) que absorveram esta mão de obra. Assim, a continuidade na concentração da renda esteve muito mais ligada ao processo de apropriação dos rendimentos do que ao comportamento do mercado de trabalho, no que toca à estrutura ocupacional,

lembrando que, em São Paulo, há nitidamente um processo de aumento nos rendimentos do grupo inferior, só que a taxas menores do que aquela verificada para o grupo superior.

Quanto à região metropolitana do Rio de Janeiro, o processo de desestruturação do mercado de trabalho aprofundou-se, à medida que não se esboçou qualquer movimento de recomposição do emprego com carteira, e, à redução nos conta-própria, seguiu-se um aumento do emprego sem carteira assinada. Esta situação significou, em qualquer dos casos, o rebaixamento dos rendimentos, dado que, tanto o emprego com carteira quanto a ocupação por conta-própria, situam-se numa melhor posição em termos de renda do que o emprego sem carteira assinada. A par deste fato, devemos esclarecer que para o aumento na concentração da renda, contribuiu, assim como nas demais regiões, a maior amplitude na relação renda dos mais ricos-renda dos mais pobres.

Desse modo, podemos considerar que a estabilidade da estrutura de ocupação frente à instabilidade da economia nacional teve um custo elevado, pois, foi alcançada mediante uma deterioração da distribuição de renda, particularmente, pela queda nos rendimentos que, por sua vez, possibilitavam manter inalterada a estrutura ocupacional, e, ao mesmo tempo, cumpria seu papel de elemento de ajuste da política econômica, passiva às restrições externas. De fato, tratava-se de movimentos complementares, pois era necessário, para viabilizar os superávits da balança comercial, a maior competitividade das exportações brasileira, a qual era obtida mediante um achatamento dos salários, este, por sua vez, possibilitava manter a estrutura de ocupação através de dois aspectos: 1) pelo nível de atividades, conseguido

com as exportações (exceto 1986, quando o nível de atividades foi mantido pelo mercado interno), o que eliminava a necessidade de ajustes recessivos; e 2) pela deterioração crescente da renda, que permitia a incorporação de novos postos de ocupação, sem no entanto, haver alteração na distribuição dos ocupados.

Sem dúvida nenhuma, a crescente desigualdade nesse período reflete as dificuldades dos diferentes grupos sociais em se defenderem de um processo cronicamente inflacionário, a partir de 1987, principalmente. Tal fato gerou distorções na apropriação dos rendimentos, de acordo com sua "situação social". Como era óbvio se esperar, os mais ricos conseguiram defender-se melhor do que os mais pobres. Entretanto, isso vale para a economia como um todo e não para compartimentos específicos como querem crer os adeptos da "filosofia do repasse".¹ Trata-se, na verdade, ainda das consequências diferenciadas do processo de desenvolvimento brasileiro sobre a conformação da sociedade, aliado à estrutura do mercado de trabalho legada por esse desenvolvimento contraditório.

Aqui, importa ressaltar o comportamento das quatro regiões metropolitanas analisadas para o período 1984-1989, indicando que, neste momento, mais do que a estrutura ocupacional brasileira, o rebaixamento dos rendimentos foi a maneira pela qual o mercado de trabalho se ajustou ao comportamento cambaleante da economia brasileira na segunda metade da década passada.

¹ Ver capítulo 2.

Tabela 5.1

Índice de Gini e Renda Mediana dos 40% mais pobres, dos 10% mais ricos e Mediana Central por setor de atividade e posição na ocupação
Região Metropolitana de Recife

Anos: 1981, 1983 e 1989

Setores de Atividade e Posição na Ocupação	1 9 8 1				1 9 8 3				1 9 8 9			
	Gini	20 %	50 %	95 %	Gini	20 %	50 %	95 %	Gini	20 %	50 %	95 %
Total	0.554	0.61	1.44	8.87	0.559	0.44	0.93	5.84	0.637	0.54	0.95	0.89
Outras atividades Industri	0.623	0.99	2.58	28.91	0.474	0.84	2.31	9.85	0.528	0.81	1.38	13.37
Indústria de Transformação	0.458	0.95	1.78	7.64	0.452	0.68	1.28	5.68	0.642	0.68	1.16	9.88
Construção Civil	0.398	0.83	1.47	4.73	0.393	0.59	0.95	2.97	0.464	0.68	0.93	4.83
Comércio	0.523	0.68	1.46	6.88	0.589	0.52	0.93	4.93	0.613	0.53	0.98	6.85
Ativ. Financ e Imobil.	0.524	1.58	2.91	18.36	0.589	1.26	2.49	13.99	0.542	1.44	3.42	17.25
Transp e Comunic	0.489	1.24	2.17	11.83	0.438	0.73	1.47	5.22	0.564	0.74	1.62	7.52
Alojamento e Alimentação	0.489	0.62	1.27	6.18	0.546	0.37	0.81	4.34	0.711	0.35	0.75	5.55
Reparação e Conservação	0.411	0.56	1.34	4.72	0.452	0.48	0.93	4.23	0.532	0.55	0.68	4.88
Pessoais e Domésticos	0.539	0.22	0.61	2.41	0.566	0.18	0.46	1.98	0.463	0.27	0.66	2.86
Ser Tec Aux e Diversos	0.532	1.11	1.96	16.24	0.622	0.74	1.69	11.43	0.629	0.73	1.77	15.85
Atividades Sociais	0.585	0.78	1.54	8.48	0.518	0.62	1.83	6.48	0.552	0.67	1.24	8.55
Adm Pública	0.497	1.28	2.19	14.23	0.531	0.78	1.42	8.91	0.595	0.83	1.75	14.81
Outras	0.587	0.78	0.84	3.82	0.582	0.17	0.43	1.91	0.488	0.29	0.72	2.95
Doméstica	0.539	0.15	0.37	1.85	0.734	0.12	0.38	0.86	0.538	0.15	0.38	0.96
SEM REMUNERAÇÃO	0.888	0.88	0.88	0.88	0.888	0.88	0.88	0.88	0.888	0.88	0.88	0.88
COM CARTEIRA	0.478	1.85	1.78	8.99	0.477	0.73	1.31	6.65	0.549	0.72	1.26	8.96
SEM CARTEIRA	0.462	0.45	0.91	3.35	0.453	0.27	0.68	2.32	0.548	0.28	0.68	3.46
EMPREGADOR	0.486	3.63	7.88	37.14	0.587	2.12	4.61	15.98	0.623	2.84	5.85	42.28
CONTA-PRÓPRIA	0.548	0.36	1.13	5.51	0.578	0.27	0.78	4.76	0.633	0.34	0.88	7.35
DOMÉSTICA	0.539	0.15	0.37	1.85	0.734	0.12	0.38	0.86	0.538	0.15	0.38	0.96

Fonte : Pnad, vários anos.

Tabela 5.2

Renda Média Real (1) da População Urbana, por Classes de Renda (Em %)
Região Metropolitana de Recife

Classes de Renda	1981	1983	1989	1983/	1989/
				1981	1983
102- (mais pobres)	0.21	0.15	0.18	-28.6	28.0
202	0.40	0.33	0.43	-31.2	38.3
302	0.73	0.50	0.65	-31.5	38.0
402	0.95	0.68	0.68	-36.8	13.3
502	1.15	0.78	0.81	-32.2	3.8
602	1.41	1.00	1.05	-29.1	5.0
702	1.82	1.26	1.45	-30.8	15.1
802	2.36	1.72	2.09	-27.1	21.5
902	3.56	2.66	3.74	-25.3	48.6
102+ (mais ricos)	6.12	4.47	7.85	-27.0	75.6
52+ (mais ricos)	12.99	8.95	24.54	-31.1	174.2
12+ (mais ricos)	32.39	24.83	nd	-23.3	--

Fonte: FIBGE - PNAD's - Vários Números.

(1) Em Salários Mínimos de 1980, deflacionados pelo INPC-IBGE

nd = Não Disponível

Tabela 5.3

Índice de Gini e Renda Mediana dos 40% mais pobres, dos 10% mais ricos e Mediana Central por setor de atividade e posição na ocupação
Região Metropolitana de Salvador
Anos: 1981, 1983 e 1989

Setores de Atividade e Posição na Ocupação	1 9 8 1				1 9 8 3				1 9 8 9			
	Gini	20 %	50 %	95 %	Gini	20 %	50 %	95 %	Gini	20 %	50 %	95 %
Total	0.567	0.73	1.72	11.07	0.573	0.56	1.21	7.77	0.646	0.60	1.20	12.52
Outras atividades Industri	0.481	1.61	4.88	17.99	0.582	1.85	2.75	14.45	0.561	1.22	4.50	33.14
Indústria de Transformação	0.549	1.27	2.63	10.62	0.566	0.86	1.97	13.26	0.597	0.81	1.96	15.26
Construção Civil	0.515	1.02	1.81	11.49	0.460	0.74	1.34	5.36	0.616	0.60	1.24	0.80
Comércio	0.512	0.76	1.59	7.87	0.586	0.62	1.14	5.91	0.573	0.63	1.21	6.93
Ativ. Financeira e Imobil.	0.528	1.63	3.77	24.28	0.543	1.19	2.30	15.02	0.563	1.14	3.42	19.86
Transporte e Comunicação	0.391	1.47	2.50	9.14	0.423	1.09	1.98	6.94	0.600	0.94	1.94	17.10
Alojamento e Alimentação	0.582	0.66	1.40	0.04	0.469	0.57	0.89	5.32	0.664	0.51	0.69	0.57
Reparação e Conservação	0.442	0.64	1.56	4.87	0.467	0.44	1.10	4.73	0.520	0.55	1.37	6.94
Pessoais e Domésticos	0.508	0.26	0.70	2.86	0.514	0.20	0.50	1.02	0.623	0.22	0.59	3.52
Serviços Auxiliares e Diversos	0.532	1.16	2.31	13.79	0.551	0.84	1.91	13.00	0.667	0.73	1.60	13.60
Atividades Sociais	0.487	1.09	1.09	10.22	0.494	0.72	1.37	6.49	0.565	0.71	1.53	11.96
Administração Pública	0.452	1.34	2.57	12.47	0.486	0.00	1.77	9.53	0.592	0.90	1.87	15.50
Outras	0.444	0.90	2.05	6.55	0.465	0.25	0.64	2.53	0.502	0.40	0.76	5.00
Doméstica	0.399	0.19	0.46	1.00	0.501	0.14	0.34	0.93	0.423	0.10	0.46	0.90
SEM REMUNERAÇÃO	0.000	0.00	0.00	0.00	0.000	0.00	0.00	0.00	0.000	0.00	0.00	0.00
COM CARTEIRA	0.498	1.23	2.10	13.34	0.515	0.02	1.60	9.31	0.504	0.03	1.72	13.94
SEM CARTEIRA	0.532	0.45	0.96	4.00	0.404	0.31	0.71	2.09	0.522	0.39	0.79	3.91
EMPREGADOR	0.446	4.04	9.41	42.25	0.564	3.07	5.40	26.05	0.550	2.42	6.17	45.90
CONTA-PRÓPRIA	0.567	0.43	1.33	6.75	0.560	0.31	0.92	5.21	0.651	0.30	0.85	7.90
DOMÉSTICA	0.399	0.19	0.46	1.00	0.501	0.14	0.34	0.93	0.423	0.10	0.46	0.90

Fonte : Fozz, vários anos.

Tabela 5.4

Renda Média Real (1) da População Ocupada, por Classes de Renda (Em 2)
Região Metropolitana de Salvador

Classes de Renda	1981	1983	1989	1983/ 1981	1989/ 1981
				1981	1983
18% (mais pobres)	0.27	0.28	0.19	-25.9	-5.0
20%	0.57	0.44	0.52	-22.8	10.2
30%	0.84	0.55	0.68	-34.5	23.6
40%	1.09	0.77	0.75	-29.4	-2.6
50%	1.42	0.98	1.03	-31.0	5.1
60%	1.84	1.26	1.41	-31.5	11.9
70%	2.39	1.60	1.94	-33.1	21.2
80%	3.35	2.33	3.06	-30.4	31.3
90%	5.35	3.04	5.63	-28.2	46.6
10% (mais ricos)	8.92	6.46	10.26	-27.6	50.0
5% (mais ricos)	16.19	12.11	26.51	-25.2	110.9
1% (mais ricos)	34.26	37.20	nd	8.6	--

Fonte: FINE - PNAD's - Vários Números.

(1) Em Salários Mínimos de 1980, deflacionados pelo INPC-INGE

nd = Não Disponível

Tabela 5.5

Índice de Gini e Renda Mediana dos 40% mais pobres, dos 10% mais ricos e Mediana Central por setor de atividade e posição na ocupação
Região Metropolitana de São Paulo
Anos: 1981, 1983 e 1989

Setores de Atividade e Posição na Ocupação	1 9 8 1				1 9 8 3				1 9 8 9			
	Gini	20 %	50 %	95 %	Gini	20 %	50 %	95 %	Gini	20 %	50 %	95 %
Total	0.490	1.24	2.46	13.15	0.498	0.80	1.64	8.17	0.553	1.17	2.41	14.92
Outras atividades Industri	0.491	1.78	3.62	21.87	0.493	1.11	2.34	11.95	0.461	2.29	4.16	21.67
Indústria de Transformação	0.478	1.44	2.74	14.13	0.461	0.96	1.84	9.83	0.529	1.27	2.48	14.46
Construção Civil	0.415	1.40	2.37	8.91	0.439	0.81	1.46	5.97	0.480	1.34	2.45	12.28
Comércio	0.464	1.16	2.24	9.77	0.488	0.75	1.53	6.87	0.626	0.97	2.88	18.73
Ativ. Financ e Imobil.	0.473	2.80	3.77	19.64	0.513	1.27	2.38	11.78	0.510	1.91	3.69	28.92
Transp e Comunic	0.387	1.82	2.99	11.92	0.488	1.21	2.14	8.13	0.440	1.77	3.17	12.63
Alojamento e Alimentação	0.444	1.18	2.86	9.38	0.451	0.78	1.35	6.23	0.577	0.94	1.81	13.11
Reparação e Conservação	0.379	1.37	2.62	8.12	0.589	0.86	1.77	6.57	0.419	1.24	2.66	9.87
Pessoais e Domiliares	0.435	0.62	1.42	4.88	0.419	0.53	0.97	3.87	0.492	0.88	1.68	8.22
Ser Tec Aux e Diversos	0.533	1.53	3.51	19.66	0.558	0.89	2.21	13.25	0.586	1.39	3.58	28.53
Atividades Sociais	0.474	1.36	2.54	13.44	0.458	0.94	1.72	8.59	0.582	1.28	2.52	14.23
Adm Pública	0.451	1.98	3.19	15.48	0.414	1.38	2.18	9.91	0.468	1.82	3.13	15.46
Outras	0.598	0.67	1.51	16.28	0.195	0.98	2.88	2.98	0.272	1.52	2.58	7.38
Domestica	0.226	0.57	0.88	1.93	0.238	0.33	0.67	1.58	0.292	0.57	0.95	2.52
SEM REMUNERACAO	0.888	0.88	0.88	0.88	0.888	0.88	0.88	0.88	0.888	0.88	0.88	0.88
COM CARTEIRA	0.448	1.58	2.71	13.33	0.449	0.98	1.88	8.32	0.581	1.34	2.56	13.63
SEM CARTEIRA	0.466	0.73	1.44	6.33	0.436	0.57	0.91	3.84	0.589	0.73	1.45	7.61
EMPREGADOR	0.425	4.23	6.84	29.35	0.428	2.79	5.47	21.79	0.493	5.28	9.62	49.43
CONTA-PRÓPRIA	0.475	1.11	2.56	18.89	0.588	0.77	1.79	7.73	0.543	1.32	3.09	18.92
DOMESTICA	0.226	0.57	0.88	1.93	0.238	0.33	0.67	1.58	0.292	0.57	0.95	2.52

Fonte : Pnad, vários anos.

Tabela 5.6

Renda Média Real (1) da População Ocupada, por Classes de Renda (Em %)
Região Metropolitana de São Paulo

Classes de Renda	1981	1983	1989	1983/	1989/
				1981	1983
182- (mais pobres)	8.68	8.42	8.68	-38.8	42.9
282	1.18	8.66	8.98	-48.8	48.5
382	1.39	8.87	1.31	-37.4	58.6
482	1.72	1.18	1.78	-36.8	54.5
582	2.13	1.34	2.18	-37.1	56.7
682	2.66	1.71	2.65	-35.7	55.8
782	3.31	2.28	3.52	-33.5	68.8
882	4.42	2.98	4.84	-34.4	66.9
982	6.32	4.19	7.36	-33.7	75.7
182+ (mais ricos)	18.84	6.58	12.68	-34.5	91.5
52+ (mais ricos)	18.67	11.28	27.78	-48.8	147.3
12+ (mais ricos)	41.89	29.86	89.52	-29.3	288.1

Fonte: FIBGE - PNAD's - Vários Números.

(1) Em Salários Mínimos de 1988, deflacionados pelo INPC-IBGE

Tabela 5.7

Índice de Gini e Renda Mediana dos 40% mais pobres, dos 10% mais ricos e Mediana Central por setor de atividade e posição na ocupação
Região Metropolitana do Rio de Janeiro
Ano: 1981, 1983 e 1989

Setores de Atividade e Posição na Ocupação	1981				1983				1989			
	Gini	20%	50%	95%	Gini	20%	50%	95%	Gini	20%	50%	95%
Total	0.532	0.92	1.94	12.05	0.558	0.68	1.22	7.33	0.623	0.78	1.47	11.88
Outras atividades Industri	0.589	1.61	3.14	19.81	0.491	1.17	2.45	14.18	0.554	1.16	2.23	19.25
Indústria de Transformação	0.519	1.18	2.23	14.25	0.528	0.74	1.47	9.84	0.573	0.76	1.45	11.75
Construção Civil	0.483	1.07	1.78	6.29	0.428	0.65	1.06	4.44	0.494	0.71	1.32	6.47
Comércio	0.453	0.88	1.76	6.82	0.585	0.63	1.03	6.22	0.662	0.72	1.47	9.79
Ativ. Financeira e Imobil.	0.518	1.95	4.01	25.04	0.522	1.15	2.19	14.38	0.597	1.38	3.43	22.72
Transp e Comunic	0.447	1.64	3.06	14.39	0.449	1.17	2.14	9.51	0.583	1.29	2.51	13.88
Alojamento e Alimentação	0.429	0.92	1.78	6.73	0.447	0.61	0.97	4.91	0.508	0.68	1.13	6.47
Manutenção e Conservação	0.394	1.08	1.98	5.94	0.368	0.72	1.36	4.52	0.479	0.66	1.45	6.68
Pessoais e Domésticos	0.478	0.37	1.02	4.33	0.586	0.25	0.63	2.38	0.583	0.38	0.61	3.83
Ser Ter Aus e Diversos	0.526	1.55	3.68	21.43	0.542	0.89	2.15	13.24	0.659	1.12	2.07	25.71
Atividades Sociais	0.511	1.21	2.27	13.84	0.584	0.73	1.49	7.41	0.566	0.82	1.78	12.46
Adm Pública	0.462	1.58	3.44	15.48	0.496	0.86	2.24	11.05	0.497	1.05	2.55	13.63
Outras	0.645	0.28	0.49	2.78	0.473	0.24	0.63	2.88	0.563	0.53	0.88	6.35
Doméstica	0.289	0.38	0.75	1.87	0.388	0.28	0.49	1.88	0.281	0.35	0.68	1.63
SEM REMUNERAÇÃO	0.888	0.88	0.88	0.88	0.888	0.88	0.88	0.88	0.888	0.88	0.88	0.88
COM CARTEIRA	0.484	1.38	2.48	13.49	0.496	0.81	1.68	8.82	0.549	0.86	1.75	12.87
SEM CARTEIRA	0.467	0.68	1.24	4.89	0.482	0.39	0.78	3.29	0.535	0.54	0.98	5.19
EMPREGADOR	0.493	3.86	5.68	34.22	0.463	1.89	4.39	17.99	0.638	2.69	6.82	33.63
CONTA-PRÓPRIA	0.512	0.48	1.65	6.63	0.555	0.35	0.74	5.39	0.637	0.51	1.27	9.81
DOMÉSTICA	0.289	0.38	0.75	1.87	0.388	0.28	0.49	1.88	0.281	0.35	0.68	1.63

Fonte: Fnad's

Tabela 5.8

Renda Média Real (1) da População Grupos, por Classes de Renda (Em %)
Região Metropolitana do Rio de Janeiro

Classes de Renda	1981	1983	1989	1983/	1989/
				1981	1983
10% (mais pobres)	0.36	0.22	0.34	-38.9	54.5
20%	0.84	0.50	0.66	-40.5	32.0
30%	1.00	0.62	0.71	-42.6	14.5
40%	1.36	0.77	0.91	-43.4	18.2
50%	1.71	1.00	1.20	-41.5	28.8
60%	2.11	1.29	1.54	-38.9	19.4
70%	2.74	1.67	2.10	-39.1	25.7
80%	3.55	2.37	3.03	-33.2	27.8
90%	5.21	3.62	5.26	-30.5	45.3
10%+ (mais ricos)	0.96	6.14	9.65	-31.5	57.2
50%+ (mais ricos)	10.45	12.14	21.84	-34.2	73.3
10%+ (mais ricos)	40.00	29.50	195.21	-27.6	559.9

Fonte: FIBGE - PNAD's - Vários Números.

(1) Em Salários Mínimos de 1980, deflacionados pelo INPC-1980

nd = Não Disponível

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise realizada mostra que, durante os anos oitenta, as estruturas de ocupação das quatro metrópoles passaram por um processo de redistribuição setorial, no qual sobressai a queda no setor secundário e o aumento no setor terciário, embora se deva qualificar a importância deste aspecto, de acordo com o peso e a "qualidade" do setor industrial em cada metrópole. Conjuntamente a isso, foi apontado que esta redistribuição esteve centrada nos anos iniciais da década, indicando que tenha sido fruto de um ajuste recessivo aos menores níveis de atividade do começo da década passada. Assim, o crescimento do terciário teria sido muito mais reflexo da crise industrial do que um processo de terciarização como o verificado em economias centrais¹. Por outro lado, este rearranjo setorial veio acompanhado de uma deterioração do mercado de trabalho, à medida que significava sua "desformalização", pois, ampliou-se significativamente, no conjunto das metrópoles analisadas, o emprego sem carteira e a ocupação por conta-própria, em detrimento do emprego com carteira assinada. Esta deterioração da estrutura ocupacional trouxe, consigo, de maneira endógena, a tendência a uma maior concentração de renda, pois, significava uma variação de patamar médio da renda, ao mesmo tempo que, aumentava o peso dos setores onde é maior a diferença entre a renda dos mais ricos e a dos mais pobres. Esta colocação nos remete à problemática da distribuição da renda para os momentos de constituição do mercado de trabalho e, particularmente, para os períodos anteriores à década de 80, onde havia crescimento econômico. De fato, a inexistência de ações no sentido de procurar uma maior homogeneidade na estrutura de rendimentos, seja pela crença na eficácia dos mecanismos "equilibradores" de mercado (*à la* LANGONI), seja

¹ Sobre este aspecto, ver DEDECCA E MONTAGNER (1992).

pelo lado institucional (ausência de sindicatos fortes por conta do regime político fechado), determinam que a economia brasileira avance os anos oitenta com uma crescente desigualdade, manifesta nas diferenças de rendimentos obtidos pelos trabalhadores de setores diferentes. Além disso, a inexistência de uma política com vistas a uma maior estruturação do mercado de trabalho, vale dizer, que obrigue a uma crescente formalização deste, permite, também, o crescimento de setores, como a construção civil, nos quais há um peso importante para a mão de obra assalariada sem vínculo formal, que, face a altos índices de rotatividade, são mal remunerados. Estes aspectos peculiares da conformação do mercado de trabalho brasileiro, certamente induziram à permanência com ampliação da desigualdade na distribuição de renda, e, nos faz dizer que, sob a ótica da renda, a "década perdida" não é a de 1980, mas a de 1970 ou mesmo de 1960, quando se perderam as chances de uma intervenção mais profunda na economia nacional que a encaminhasse em direção a uma economia de "altos salários"². Neste sentido, a piora distributiva observada no início dos anos oitenta é, apenas, consequência e aprofundamento das desigualdades que marcavam os anos anteriores.

Quanto ao período seguinte, após a recuperação do nível de atividade, as estruturas ocupacionais metropolitanas não apresentaram tendência à recomposição da configuração anterior, por outro lado, à exceção do Rio de Janeiro, não ficou evidente uma deterioração desta estrutura. Argumentamos, ao longo do capítulo anterior, que a degradação dos rendimentos era a contraface de uma relativa inércia do perfil de ocupações. Desta forma, a concentração de renda, também nos anos oitenta, adquiria

² Como mostram BALTAR e DEDECCA (1992), os 20 anos de industrialização pesada não foram suficientes para "erguer o salário de base da pirâmide de rendas do trabalho no país" (p. 37), basicamente devido à ausência de medidas que possibilitassem a recuperação do poder de compra do salário mínimo.

uma funcionalidade, apenas que colocada sobre outras bases. Se, na década de 60, representava uma articulação com o modelo de desenvolvimento - centrado nos bens duráveis de consumo - e assim, viabilizava o crescimento econômico³, na década passada, a funcionalidade era no sentido de que permitiu a manutenção do nível de ocupação - embora, em pilares precários - a par de uma estagnação econômica e de um "modelo" de política econômica que visava à manutenção dos compromissos externos, enquanto os rendimentos dos mais pobres eram deteriorados pela aceleração inflacionária.

Devemos acrescentar que os efeitos da instabilidade econômica não se fizeram mais presentes nas regiões metropolitanas, no que se refere às suas estruturas ocupacionais, devido a que: a) não houve uma reorganização produtiva de maior monta, nos períodos de crise, permitindo que, entre 1984 e 1986, houvesse um movimento de geração de novos postos de ocupação, por conta de não se ter "queimado" empregos; b) a ocupação agrícola reduziu seu nível de queda em relação aos anos setenta, ao mesmo tempo que ampliou-se o espaço ocupacional de pequenas e médias cidades, resultando numa menor pressão sobre os mercados de trabalho metropolitanos (não agrícolas)⁴; c) a perda de dinamismo do setor privado foi, em parte, compensada pela maior geração de postos de ocupação no setor público, particularmente, em Salvador e São Paulo⁵. Sobre a menor pressão nas regiões metropolitanas por ocupação, acreditamos que deva ser feita uma qualificação. Nas quatro regiões que analisamos houve uma queda na ocupação em serviços domésticos,

3 Sobre esta funcionalidade, ver capítulo 1 deste trabalho.

4 Conforme BALTAR *et alii* (1992a).

5 *idem, ibidem*.

provavelmente em função do próprio processo de concentração e seus efeitos quanto à pauperização da classe média, isto significa, uma fonte de pressão adicional sobre a estrutura ocupacional para a sustentação desse contingente extra, principalmente, pelas condições peculiares que cerca o emprego doméstico, em que a baixa remuneração é compensada por rendimentos "em espécie", ao mesmo tempo em que deve predominar, neste emprego, a pouca qualificação.

Um outro aspecto a ser ressaltado no debate sobre a concentração de renda, é quanto a possibilidade de se tomar dados amostrais como uma "pretensa realidade", como já alertava LEITE LOPES⁶. Na verdade, diversas vezes uma redução no coeficiente de Gini veio a ser saudada como uma melhora no aspecto distributivo. Entretanto, devemos nos cercar de cuidados, pois, ali pode estar se escondendo um "fetiche", à medida que ao serem poupados postos de ocupação de menor remuneração, a tendência é para a maior aproximação dos rendimentos, determinando a redução do Gini. É o caso, por exemplo, do ocorrido para o emprego doméstico, no conjunto das regiões metropolitanas analisadas.

Assim, acreditamos ter mostrado que a crise econômica determinou um ajuste do mercado de trabalho, inicialmente, na estrutura de ocupação e, como decorrência, nos níveis de renda. Posteriormente, o aprofundamento da crise dos anos oitenta levou à deterioração gradativa da renda, por conta de uma política econômica subordinada às determinações externas. Além disso, provocou paulatinamente, a corrosão do Estado, mediante o agravamento das finanças públicas. Não obstante, conseguiu-se lograr a manutenção dos níveis de ocupação, embora em bases precárias,

⁶ Ver capítulo 1, desta monografia.

à medida que a continuidade desta forma de adaptação implicava numa ameaça constante de, em algum momento, não somente a renda mas também o emprego vir a ser alvo de algum ajuste mais forte, desta vez em condições ainda piores do que aquelas verificadas no começo da década passada. De fato, a partir de 1990, o redirecionamento da política econômica implicou, também, na deterioração da estrutura ocupacional, posto que, causou uma elevação do desemprego e a redução do trabalho assalariado⁷, devendo ter efeitos negativos sobre a ação sindical, num momento em que, devido à sua fragilidade financeira, o Estado se vê incapaz de encaminhar soluções para a crescente desorganização do mercado de trabalho - vale dizer, para a redução de sua heterogeneidade, e para o estancamento da deterioração nos rendimentos, com vistas a uma maior homogeneidade destes - apesar da intensa necessidade de sua intervenção.

7 Sobre isto, ver BALTAR e DEDECCA (1992b) e, também, DEDECCA e BRANDÃO (1992)

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

a) Camargo, J.M. e Gambiagi, F. [1991]. *Distribuição de Renda no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

a.1) Almeida Reis, J.G. e Barros, R.P. [1990]. *Desigualdade salarial: resultados de pesquisas recentes*, in Camargo e Gambiagi, *op. cit.*, pp. 69-81.

a.2) Amadeo, E.J. e Camargo, J.M. [1990]. *Mercado de Trabalho e dança distributiva*, in Camargo e Gambiagi, *op. cit.*, pp. 187-206.

a.3) Bonelli, R. e Sedlacek, G.L. [1990]. *A evolução da distribuição de renda entre 1983 e 1988*, in Camargo e Gambiagi, *op. cit.*, pp. 47-67.

a.4) Cacciamalli, M.C. [1990]. *As economias informal e submersa: conceitos e distribuição de renda*, in Camargo e Gambiagi, *op. cit.*, pp. 121-143.

a.5) Romão, M.C. [1990]. *Distribuição de renda, pobreza e desigualdades regionais no Brasil*, in Camargo e Gambiagi, *op. cit.*, pp. 97-120.

a.6) Saboia, J. [1990]. *Política Salarial e Distribuição de renda: 25 anos de desencontros*, in Camargo e Gambiagi, *op. cit.*, pp. 165-186.

b) Sawyer, D.O. (org.) [1988]. *PNADs em foco - anos 80*. Nova Friburgo: ABEP.

b.1) Arias, A.R. [1988]. *Revisando a PNAD - Força de trabalho à luz dos resultados divulgados na década de 80*, in Sawyer, *op. cit.*, pp. 65-88.

b.2) Cacciamalli, M.C. [1988]. *A estrutura regional do emprego no Brasil ao longo da primeira metade da década de 80: tendências a maior assalariamento*, in Sawyer, *op. cit.*, pp. 95-120.

b.3) Médici, A.C. [1988]. *A mensuração da subjetividade: notas sobre a variável renda nas PNADs*, in Sawyer, *op. cit.*, pp. 121-144.

c) Barros, R.P. e Varandas, S. [1987]. *A carteira de trabalho e as condições de trabalho e remuneração dos chefes de família no Brasil*. Revista da ANPEC, ano X, no. 12, dez.

d) Dedecca, C.S. [1990]. *Distribuição de renda e mercado de trabalho: o que de novo se pode sugerir?* São Paulo. (mimeo).

e) Pedrão, F. (org.) [1988]. *O Pensamento da CEPAL*. OEA/UFBA/ Ed. Ianamá, Salvador, 1988.

f) Tolipan, R. e Tinelli, A.C. (orgs.) [1978]. *A controvérsia sobre a distribuição de renda e desenvolvimento*, Rio de Janeiro: Zahar Editores.

f.1) Belluzzo, L.G. de M. [1972]. *Distribuição de renda: uma visão da controvérsia*, in Tolipan e Tinelli, *op. cit.*, pp. 15-35.

f.2) Hoffmann, R. [1972]. *Tendências da distribuição de renda no Brasil e suas relações com o desenvolvimento econômico*, in Tolipan e Tinelli, *op. cit.*, pp. 105-123.

f.3) Leite Lopes, J.S. [1973]. *Sobre o debate da distribuição de renda: leitura crítica de um artigo de Fishlow*, in Tolipan e Tinelli, *op. cit.*, pp. 289-317.

g) Baltar, P.E. de Andrade e Dedecca, C.S. *O Mercado de Trabalho nos anos 80: Balanço e Perspectivas*. Campinas, 1992, mimeo.

h) Macedo, B.G. e Piva, L.G. *Questão Salarial e Sindicalismo no Brasil*. São Paulo, 1992, mimeo.

i) Dedecca, Claudio S. e Brandão, Sandra M. C. *Crise, Transformações estruturais e Mercado de Trabalho*. São Paulo, 1992, mimeo.

j) Dedecca, C. S. e Montagner, P. *Crise Econômica e Desempenho do Terciário nos anos 80*. Campinas, 1992, mimeo.

k) Baltar, Paulo E.A. e Dedecca, C. S. (1992) *Emprego e Salário nos anos 60 e 70*. Campinas, mimeo.

l) Baltar, P. E. A. e Dedecca, C. S. (1992a). *Notas sobre o Mercado de Trabalho no Brasil durante a industrialização restringida*. Campinas, mimeo.

m) Baltar, P.E. A. e Dedecca, C. S. (1992b). *O Mercado de Trabalho nos anos 80: Balanço e Perspectivas*. Campinas, mimeo

n) Baltar, P.E. A., Dedecca, C.S. e Henrique, Wilnês. *O comportamento da Estrutura Ocupacional Brasileira nos anos 80*. Campinas, 1992, mimeo.

o) Pacheco, Carlos A. *A Terciarização dos 80's: De Tudo um Pouco*. Campinas, 1992, mimeo.

p) FECAMP/SEADE. *A Estrutura Ocupacional das Regiões Metropolitanas - 1978-89*. Campinas, 1992, mimeo.